

2021

Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

Direito



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Presidente

Antônio Luiz da Silva Laginestra

Vice-Presidente

Jorge Farah

Secretário

Luiz Fernando da Silva

Vogais

José Luiz da Rosa Ponte

Kival Simão Arbex

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

CONSELHO CURADOR

Alexandre Fernandes de Marins

Carlos Alfredo Carracena

Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza

José Luiz Guedes

Luiz Roberto Veiga Corrêa de Figueiredo

DIREÇÃO GERAL

Luis Eduardo Possidente Tostes

F977 Fundação Educacional Serra dos Órgãos.
Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Caderno de questões comentadas do Teste de Progresso – Direito /
Fundação Educacional Serra dos Órgãos. --- Teresópolis: UNIFESO,
2021.
82 f.

1-Fundação Educacional Serra dos Órgãos. 2- Centro Universitário Serra
dos Órgãos. 3- Teste de Progresso. 4- Direito. I. Título.

CDD 340

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto- Teresópolis -RJ-CEP:25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico:

<http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

Copyright© 2021

Direitos adquiridos para esta edição pela Editora
UNIFESO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

MANTIDA: CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS - UNIFESO

CHANCELARIA

Antonio Luiz da Silva Laginestra

REITORIA

Verônica Santos Albuquerque

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Verônica Santos Albuquerque

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS

Ana Maria Gomes de Almeida

Curso de Graduação em Administração

Jucimar André Secchin

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Jucimar André Secchin

Curso de Graduação em Direito

Lucas Baffi Ferreira Pinto

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS

Mariana Beatriz Arcuri

Curso de Graduação em Ciências Biológicas

Carlos Alfredo Franco Cardoso

Curso de Graduação em Enfermagem

Selma Vaz Vidal

Curso de Graduação em Farmácia

Kelli Cristine Moreira da Silva Parrini

Curso de Graduação em Fisioterapia

Andréa Serra Graniço

Curso de Graduação em Medicina

Simone Rodrigues

Curso de Graduação em Medicina Veterinária

André Vianna Martins

Curso de Graduação em Nutrição

Natália Boia Soares Moreira

Curso de Graduação em Odontologia

Alexandre Vicente Garcia Suarez

Curso de Graduação em Psicologia

Ana Maria Pereira Brasilio de Araújo

Curso de Graduação em biomedicina

Carlos Alfredo Franco Cardoso

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT

Vivian Telles Paim

Curso de Graduação em Curso de Arquitetura e Urbanismo

Leticia Thurmann Prudente

Curso de Graduação em Ciência da Computação

Alberto Angonese

Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária

Vivian Telles Paim

Curso de Graduação em Engenharia Civil

Helena da Costa Miranda

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Roberta Montello Amaral

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Edenise da Silva Antas

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Solange Soares Diaz Horta

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Michele Mendes Hiath Silva

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro

CLÍNICA-ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Andréa Serra Graniço

CLÍNICA-ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rafael Rempto

CLÍNICA-ESCOLA DE ODONTOLOGIA PROF. LAUCYR PIRES DOMINGUES

Leonardo Possidente Tostes

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE TERESÓPOLIS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa

APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil foi aplicado em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999, por determinação da CINAEM. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de graduação engenharia de produção, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a mesma complexidade das questões para todos os períodos. São sessenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e cinquenta de conhecimento específico, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso. O Teste de Progresso é um instrumento que permite avaliar o progresso do estudante, das turmas, do currículo e das ferramentas avaliativas, além disso é um instrumento fundamental para a garantia de uma AUTO-AVALIAÇÃO DISCENTE e do curso.

AUTOR

ANA CAROLINA CONCEICAO PENHA
CAIO MARCIO GUTTERRES TARANTO
CARLA FERREIRA GONCALVES
CARLOS HENRIQUE RAMOS
CHRISTIANE VAZ SA VIANA
CLAUDIA AGUIAR SILVA BRITTO
CRISTIANE BORBOREMA CHACHE
DEBORA LUBRANO DE MENDONCA
ENEISA MIRANDA BITTENCOURT SOBREIRA
ERIKA KUBIK DA COSTA PINTO
FELIPE CAVALIERE TAVARES
FERNANDO RANGEL ALVAREZ DOS SANTOS
GISELE ALVES DE LIMA SILVA
JOAQUIM HUMBERTO COELHO DE OLIVEIRA
JORGE ANDRE MARQUES BRAVO
JOSE CARLOS ZEBULUM
JOSIMAR DOMINGUES TEIXEIRA
JUCIMAR ANDRE SECCHIN
JUCINEA DE CASSIA GRANITO DA ROSA
JULIO CESAR FIGUEIREDO OFFREDI
LITIANE MOTTA MARINS
LUCAS BAFFI FERREIRA PINTO
PAULO CRUZ DA SILVA JUNIOR
RAPHAEL VIEIRA DA FONSECA ROCHA
RENATO MEIRELLES GUERRA NETO
RICARDO PEREIRA DE SOUSA LOBATO
TATIANA CONSTANCIO SILVA

1. (UNIFESO, 2021) A Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia de Covid. Com isso, manter escolas e universidades fechadas foi a medida para conter a velocidade da disseminação da Covid e conscientizar a população sobre a gravidade do problema.

Em relação a essa situação, os sujeitos envolvidos tiveram sentimentos ambíguos. Analise suas falas abaixo:

I. “Não nos parece razoável cruzar os braços e suspender por completo as aulas por vários meses”.

II. “[...] Nos causa apreensão migrar abruptamente a educação presencial de nosso país para modalidades não presenciais”.

III. “Vemos a necessidade de garantia de acesso domiciliar a equipamentos, *softwares* e internet de banda larga de elevado fluxo de dados para todas/os docentes e discentes”.

IV. “Vemos a necessidade de servidores com ampla capacidade de armazenamento de dados na escola ou universidade”.

V. “É a única aula que me faz sentir que ainda faço parte da escola, e ter essas interações com outras pessoas via Zoom tem sido muito benéfico para minha saúde mental”.

Identifique as afirmativas favoráveis ao ensino remoto devido à pandemia de Covid.

(A) I e III.

(B) I e V.

(C) II e III.

(D) III e IV.

(E) IV e V.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante distingue a partir dos discursos quais são favoráveis ao ensino remoto devido à pandemia de Covid-19.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa B. As demais afirmativas apresentam uma posição desfavorável quanto ao ensino remoto à época da pandemia, à medida que ressaltam as limitações desta modalidade no contexto apresentado em 2020. O MEC apontou um caminho para que os estudantes não perdessem o ano letivo: “Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação”.

REFERÊNCIAS

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>,
<https://www.justificando.com/2020/08/04/desconstruir-a-escola-por-meio-do-ensino-remoto/>,
<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/03/fiqueemcasa/>,

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Educação

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

2. (UNIFESO, 2021) A pandemia de Covid colocou maior foco sobre a saúde mental e levou o tema à redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020. A primeira etapa da prova aconteceu em 17 de janeiro de 2021 e o tema da redação foi “o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. Alguns psicólogos e educadores foram entrevistados para abordar a questão.

Analise as falas abaixo e identifique qual faz referência ao contexto da vivência acadêmica estudantil de qualquer faixa etária a partir do desafio do ensino remoto devido à pandemia de Covid.

(A) "A própria OMS fala que saúde transpõe todas as esferas: psíquica, física. Não é só falar que o corpo está bem e a cabeça não está. A gente precisa de fato melhorar essa relação com as pessoas, porque elas ainda acham que se você tiver fé ou força de vontade, você não precisa tratar. Isso impede as pessoas de procurarem ajuda profissional".

(B) "Tema importante, pertinente e dentro do padrão esperado para o Enem. Eles apresentam uma situação problema dentro da realidade brasileira. Neste caso, candidatos deveriam propor caminhos para vencer o estigma que persegue vários brasileiros que têm doença mental".

(C) "O fato de a dinâmica social ter mudado em 2020, com grandes alterações no modo de trabalhar e estudar, interferiu na forma como os brasileiros lidam com a questão psicológica, com seus medos e ansiedades. Tudo isso alterou a maneira geral de pensar e agir das pessoas".

(D) "O tema do Enem 2020 tem vários aspectos envolvidos. Primeiro, estigma. Essa conotação negativa que a sociedade atribui às doenças mentais, talvez muito ligado ao histórico de tratamento manicomial e também por uma falta de informação e conhecimento mais consistente a respeito das doenças, do que significam e de como são tratadas".

(E) "Talvez o maior desafio seja não ‘pessoalizar’ a redação, utilizando a primeira pessoa, o que seria um erro gravíssimo no gênero dissertativo-argumentativo. É um tema sensível para todos nós em 2020/2021, então o risco de fazer um relato pessoal existe e seria problemático".

INTENÇÃO

Verificar se o estudante distingue a partir dos discursos qual faz referência ao cotidiano acadêmico associando às alterações no modo de trabalhar e de estudar por conta do ensino remoto a partir da pandemia de Covid.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa C. As demais afirmativas apresentam argumentos generalistas quanto à temática da saúde mental, bem como algumas análises técnicas sobre como a redação do ENEM deveria ser elaborada. No que concerne à influência da pandemia no rendimento acadêmico, o psicólogo Lucas Nápoli, da UFJF-GV, destaca a importância da autocompaixão, atitude ligada à saúde mental, que permite ao estudante compreender que tem fragilidades e limitações. Ele afirma: "Não sou o

Super Homem, não dou conta de tudo. Preciso respeitar meus limites e compreender o processo”.

REFERÊNCIA

<https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2021/01/18/tema-da-redacao-do-enem-se-relaciona-com-reflexoes-sobre-saude-mental-provocadas-pela-pandemia-dizem-psicologos.ghtml>,
<https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2021/01/17/redacao-do-enem-2020-e-o-estigma-associado-as-doencas-mentais-na-sociedade-brasileira.ghtml>,
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/tema-da-redacao-segue-linha-adotada-em-edicoes-anteriores-do-enem>,
<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/10/02/ensino-remoto-estrategias-para-promover-o-aprendizado-e-a-saude-mental-durante-o-periodo/>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Educação

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

3. (UNIFESO, 2021) O caso de uma criança capixaba veio a público após ela dar entrada no Hospital Roberto Silves, em São Mateus/ES, com mal-estar. Os médicos verificaram que a paciente estava com barriga inchada. Após a realização de exames, constataram gravidez de 22 semanas. A menina engravidou do próprio tio após ser estuprada por ele, ao longo de anos. Em coletiva de imprensa, a superintendente de outro hospital, para onde a menina de 10 anos foi transferida, afirmou que a decisão da equipe em não realizar o aborto foi “estritamente técnica e não teve interferências ideológicas”, ou seja, seguiu um protocolo do Ministério da Saúde que autoriza a interrupção da gravidez entre 20 e 22 semanas, com feto pesando até 500 gramas, em caso de violência sexual. Naquele caso, o feto tinha 22 semanas e quatro dias e pesava 537 gramas. A OAB do Espírito Santo questionou a negativa, afirmando que o aborto no caso de estupro, de risco à vida da gestante ou com feto anencéfalo é previsto na legislação. Por fim, o aborto foi realizado em Recife/Pernambuco, em agosto de 2020. O caso específico foi amplamente veiculado em sites de notícias de modo que vieram à tona a legislação e os princípios éticos pertinentes à temática.

Identifique qual alternativa fundamentou a atitude de recusa daquele hospital.

(A) Apesar de tratar-se de uma menina que era violentada desde os 6 anos, a família desconhecia o fato e o caso não foi denunciado pelo Conselho Tutelar, o que inviabilizaria o aborto.

(B) Há 12 anos, o obstetra, que acabou realizando este aborto, foi excomungado pela Igreja de Pernambuco por interromper a gravidez de uma menina de 9 anos estuprada pelo padrasto.

(C) Do lado de fora da clínica, um grupo de pessoas de mãos dadas gritavam “Assassino” para o médico.

(D) A menina estava com idade gestacional avançada, além do limite legal para interromper a gravidez.

(E) Houve tumulto e a Polícia Militar foi chamada quando grupos cristãos fizeram rodas de oração contra a intervenção médica.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante distingue nas afirmativas qual fundamentou a atitude de recusa do hospital, conforme legislação vigente.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa D. As demais afirmativas apresentam a reação do público que acompanhou o fato, a punição religiosa do obstetra pernambucano e a alternativa que aborda equivocadamente a necessidade de denúncia de estupro de vulnerável pelo Conselho Tutelar, as quais não correspondem a causa efetiva da recusa do hospital, que foi a idade gestacional avançada. O juiz Antonio Moreira Fernandes, da Vara de Infância e da Juventude de São Mateus, a 218 quilômetros de Vitória, no Espírito Santo, autorizou a interrupção na gestação de uma criança de 10 anos. A menina afirmou ter sido vítima de estupro do tio. Apesar da permissão da realização de aborto em caso de estupro, o hospital no Espírito Santo se recusou a realizar o procedimento, afirmando que não há protocolo para interrupção da gravidez com a idade gestacional avançada. "O abortamento é considerado [*de acordo com Nota Técnica do Ministério da Saúde*] se a gravidez está no limite de 20 a 22 semanas e se o peso fetal é até 500 gramas. Essa criança estava acima desse ponto de corte que é dado pelo Ministério da Saúde. A criança não estava em risco iminente de vida ao chegar ao hospital, apesar de ter diabetes gestacional, a criança estava com saúde controlada", afirmou a superintendente do hospital para onde a paciente foi transferida. A OAB do Espírito Santo questionou a negativa, afirmando que o aborto no caso de estupro, risco à vida da gestante e feto anencéfalo é previsto na legislação. O aborto foi realizado em Recife/Pernambuco, em agosto de 2020.

REFERÊNCIAS

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53856354>, <https://exame.com/brasil/como-e-a-legislacao-que-autorizou-o-aborto-em-crianca-vitima-de-estupro/>,
<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>,
<https://veja.abril.com.br/brasil/justica-autoriza-aborto-de-menina-de-10-anos-estuprada/>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Ética

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

4. (UNIFESO, 2021) Holocausto é o nome que se dá ao genocídio cometido pelos nazistas ao longo da Segunda Guerra Mundial e que vitimou aproximadamente seis milhões de pessoas entre judeus, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, deficientes físicos e mentais, opositores políticos, entre outros. O discurso nazista, aliado à doutrinação realizada na sociedade alemã, tornou os judeus bodes expiatórios e vítimas de perseguição intensa, não só por parte do governo, mas também pelos civis. Este movimento é conhecido como:

(A) Antissemitismo.

(B) Sionismo.

(C) Semitismo.

(D) Reformismo.

(E) Liberalismo.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece o Holocausto como fato histórico e o correlaciona ao antissemitismo.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa A. Ao longo da história, o antissemitismo mostrou a sua face horrenda. Ele surgiu primeiramente sob pretextos religiosos na Idade Média e, depois, apareceu na forma de nacionalismo a partir do século XIX, antes de assumir uma pretensão científica na ideologia nazista. Ele então se tornou racial: os judeus foram definidos como uma “raça” de origens orientais misteriosas, que não poderia ser assimilada pelos povos entre os quais se estabeleceram – especialmente aqueles que alegavam pertencer a uma raça ariana superior, que se sentiam ameaçados de degeneração pela presença entre eles de judeus, com seus inúmeros defeitos.

REFERÊNCIAS

<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/holocausto.htm#:~:text=Holocausto%20%C3%A9%20o%20nome%20que,e%20mentais%2C%20opositores%20pol%C3%ADticos%20etc,> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Antissemitismo,](https://pt.wikipedia.org/wiki/Antissemitismo) <https://pt.unesco.org/courier/2018-1/antissemitismo-aprendendo-licoes-da-historia>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Difícil

CATEGORIA

Ética

TIPO DE QUESTÃO

Afirmação incompleta

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

5. (UNIFESO, 2021) A temporada do fogo em 2020 no Amazonas pode ser uma das maiores desde 1998, quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) iniciou o monitoramento de queimadas na Amazônia. As queimadas sucedem ao desmatamento na Amazônia. Ambas as ações consomem o maior bioma tropical do planeta e evidenciam crimes ambientais.

Considerando as informações acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

Os efeitos do desmatamento e das conseqüentes queimadas são muitos; entre estes, as alterações da condição climática e a perda da biodiversidade configuram-se como os mais preocupantes e de maior impacto na região.

PORQUE

As queimadas na Amazônia tiveram sua origem ligada às práticas econômicas desenvolvidas na região, motivadas pelo cenário político brasileiro e sem controle por parte das entidades governamentais, a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece fatos históricos brasileiros e ações humanas que influenciam a sustentabilidade do planeta.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa B, pois ambas as asserções são verdadeiras, porém uma não justifica a outra; a asserção I aborda os impactos do desmatamento e das queimadas na Amazônia enquanto a asserção II aborda a contextualização histórica das queimadas na região. Com a retirada de cobertura vegetal, tanto para o avanço da indústria, quanto para o avanço da fronteira agrícola da região e povoamento, a Amazônia vem sofrendo, ao longo dos anos, com o aumento dos focos de incêndio. Atualmente, tais focos são monitorados e podem ser controlados pela aplicabilidade de políticas públicas ambientais, capazes de propor soluções para tal problemática. O desmatamento é a maior fonte de emissão de gases do efeito estufa no Brasil, que contribuem para o aquecimento global, e a preservação da floresta é absolutamente crucial para a manutenção dos processos biológicos e climáticos que levam chuva para as regiões Centro-Oeste e Sudeste, irrigando lavouras e abastecendo reservatórios essenciais para a segurança hídrica, energética e alimentar do País.

REFERÊNCIAS

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/queimadas-na-amazonia.htm>,
<https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>,
<https://ipam.org.br/queimadas-na-amazonia-afetam-a-saude-de-milhares-de-pessoas/>,
<https://www.dw.com/pt-br/queimadas-seguem-rastro-do-novo-arco-do-desmatamento-no-amazonas/a-54792935>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Média

CATEGORIA

Meio Ambiente

TIPO DE QUESTÃO

Asserção-razão

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

6. (UNIFESO, 2021) “Existe um conceito sobre a capacidade de suporte do meio. [...] o volume de recursos naturais que um sistema ambiental pode suportar, garantindo a conservação desses recursos, tem um limite populacional aceitável de 7 bilhões a 12 bilhões de pessoas. E nós já estamos quase alcançando isso. Se não começarmos a repensar a questão da reutilização, teremos severos problemas de abastecimento”, afirma a bióloga Danielle Costa. (ARIADNE, Queila. Nova geração está mais ligada no uso que na aquisição. Portal O Tempo, 2019).

A visão de sustentabilidade de quem não quer possuir ou consumir tantos bens para não agredir o meio ambiente, tem conquistado cada vez mais adeptos e é conhecida como:

- (A) Ambientalismo.
- (B) Ecologismo.
- (C) Conservacionismo.
- (D) Minimalismo.**
- (E) Preservacionismo.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece a importância da educação ecológica e identifica o conceito de minimalismo.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa D. Segundo o dicionário, minimalismo significa a “procura de soluções que requeiram um mínimo de meios ou de esforços”. Mas há mais significados por trás desse novo estilo de vida que tem conquistado cada vez mais adeptos. Muita gente tem se preocupado mais com o uso consciente dos recursos disponíveis. Da água à embalagem de plástico, há uma atenção maior sobre o impacto daquilo que consumimos e o que isso pode causar no nosso entorno e ao meio ambiente. Tal preocupação tem efeitos objetivos não apenas no planeta, mas também no estilo de vida e no bolso.

REFERÊNCIAS

<https://www.otempo.com.br/economia/nova-geracao-esta-mais-ligada-no-uso-que-na-aquisicao-1.2254284>, <https://valorinveste.globo.com/blogs/ana-leoni/coluna/a-onda-minimalista-e-os-beneficios-para-o-bolso.ghtml>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Média

CATEGORIA

Meio Ambiente

TIPO DE QUESTÃO

Afirmação incompleta

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

7. (UNIFESO, 2021) A _____ dos Estados Unidos é um conjunto de normas do governo federal e estadual que regulam a conduta e organização de empresas corporativas, geralmente para promover uma concorrência leal em benefício dos consumidores, também conhecida como direito da concorrência. Em outubro de 2020, o _____ dos Estados Unidos e 11 estados norte-americanos entraram com uma ação contra o (a) _____. A companhia teve receita de US\$ 162 bilhões no ano passado, mais que o Produto Interno Bruto (PIB) de países como Hungria, Ucrânia e Marrocos. A empresa é acusada de usar táticas anticompetitivas para excluir seus rivais e estender esse monopólio, porém, alega que as pessoas utilizam seus serviços porque preferem fazer isso, em vez de serem forçadas.

Em sequência as palavras que completam corretamente essas lacunas são:

- (A) Lei Free Internet Act; Departamento de Segurança Interna; Microsoft.
- (B) Lei Antitruste; Departamento da Justiça; Google.**
- (C) Lei Glass-Steagall; Departamento do Comércio; Facebook.
- (D) Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira; Departamento de Defesa; Bing.
- (E) Lei Hepburn; Departamento do Tesouro; Apple Inc.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece fatos históricos de relevância internacional.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa B. O governo dos Estados Unidos entrou com um processo contra uma das maiores empresas de seu país (e do mundo), que acusa de ter se tornado ilegalmente a "guardiã" da internet. Na ação, alega-se que o Google agiu ilegalmente para manter sua posição nos mercados de busca e publicidade na internet. O principal argumento é que o Google gasta bilhões de dólares a cada ano para garantir que seu mecanismo de busca seja instalado como padrão em navegadores e dispositivos móveis. Por seu lado, a empresa sediada na Califórnia reagiu afirmando: "as pessoas usam o Google porque querem, não porque são forçadas ou porque não conseguem encontrar alternativas".

REFERÊNCIAS

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54631718>,
<https://investnews.com.br/geral/governo-dos-eua-abre-maior-acao-antitruste-contra-o-google-em-20-anos/>, https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_antitruste_dos_Estados_Unidos

NÍVEL DE DIFICULDADE

Difícil

CATEGORIA

Política e Cidadania

TIPO DE QUESTÃO

Lacuna

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

8. (UNIFESO, 2021) Em novembro de 2020, duas eleições geraram opiniões diversas nas redes sociais sobre qual modalidade funciona melhor – o voto em cédula de papel ou voto eletrônico. A primeira eleição, nos Estados Unidos, para escolher o presidente; a segunda, no Brasil, para eleger prefeitos e vereadores. Os sistemas utilizados são diferentes e levantam dúvidas acerca da confiabilidade do processo.

Diante do panorama apresentado, compare algumas características dos sistemas eleitorais americano e brasileiro e, após ler as afirmações abaixo, indique quais são verdadeiras e quais são falsas.

() Nos Estados Unidos, as regras do sistema eleitoral não são unificadas. Existem Estados, em que o cidadão que tiver o voto postal rejeitado pode comparecer à sua zona eleitoral e fazer uma correção durante os primeiros dias da apuração.

() No Brasil, em uma aldeia indígena, onde não há luz, o índio vota da mesma maneira, com os mesmos recursos, com a mesma urna, com o mesmo *software* que um cidadão na capital, em total igualdade de condições para votar.

() “Nós saímos de um cenário em que as eleições eram lentas, repletas de erros. Se levava semanas, dias, para se apresentar os resultados. E, quando se apresentava os resultados, eles sempre vinham acompanhados de muita suspeição”, disse Giuseppe Janino, secretário de tecnologia do TSE, no Brasil, ao repudiar a utilização da urna eletrônica.

() No Brasil, a estreia da tecnologia foi em 1996, quando 57 cidades fizeram teste-piloto. No ano 2000, a eleição já era totalmente eletrônica. Desde então, a urna eletrônica vem evoluindo e ganhou atualizações de segurança como a biometria, que foi suspensa em 2020 por causa da pandemia.

() Donald Trump fez mais de setenta postagens no Twitter, três dias após a eleição americana, afirmando que o sistema de votos pelo correio é fraudulento e torna as pessoas corruptas. Diante da pressão, foi necessário recontar os votos em 30 dos 50 estados para oficializar a vitória do adversário.

As afirmações são verdadeiras e falsas conforme sequência abaixo:

(A) F-F-V-V-V.

(B) V-F-V-F-V.

(C) V-V-V-V-F.

(D) V-V-F-V-F.

(E) F-V-F-F-V.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece fatos de relevância na política internacional e analisa prós e contras dos sistemas eleitorais dos países citados.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa D. As afirmações I, II e IV são verdadeiras. Os estados americanos Geórgia e Arizona permitem ao cidadão que tiver o voto postal rejeitado comparecer à sua zona eleitoral e fazer uma correção durante os primeiros dias da apuração. As aldeias indígenas brasileiras votam em igualdade de condições ao povo de qualquer cidade. A urna eletrônica foi implantada em 1996, por meio de um teste-piloto e, a partir de 2000 a eleição passou a ser totalmente eletrônica, incluindo, ao longo do tempo, a biometria, a qual não foi utilizada particularmente na eleição de 2020 devido à pandemia de Covid. As afirmações III e V são falsas, pois a fala do secretário de tecnologia do TSE não é de repúdio quanto à utilização da urna eletrônica e não foi necessário recontar votos na eleição americana de mais de 50% dos estados.

REFERÊNCIAS

<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-06/um-pais-160-milhoes-de-votos-e-50-regras-para-apura-los-o-que-explica-a-complexa-eleicao-nos-eua.html>,
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54852955>,
<https://guilhermetelesadv.jusbrasil.com.br/noticias/355047613/conheca-as-vantagens-da-urna-eletronica-de-votacao>,
<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/09/urna-eletronica-trouxe-mais-rapidez-e-confiabilidade-para-eleicoes-brasileiras-ha-19-anos.ghtml>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Normal

CATEGORIA

Política e Cidadania

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

9. (UNIFESO, 2021) Observe a charge:



Disponível em: <https://descomplica.com.br/artigo/tudo-sobre-variacao-linguistica-para-voce-arrasar-sempre/4k5/>. Acesso em 09 out. 2020.

A charge mostra um diálogo entre Chico Bento e seu amigo, utilizando um jeito peculiar de falar. A língua varia no espaço, pois pode ser empregada diferentemente

dependendo do local em que o indivíduo está, porém pode ser considerada “errada” por aquele que reconhece a aplicação do idioma utilizando somente a norma culta da língua. Quando as variações linguísticas são julgadas como inaceitáveis e incorretas está caracterizado como preconceito:

(A) de Xenofobia Fonoaudiológica.

(B) de Sociolinguística Invertida.

(C) Linguístico.

(D) Literário.

(E) de Etarismo Idiomático.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante correlaciona o conceito de variação linguística à charge e reconhece o fenômeno do preconceito linguístico.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa C. A charge retrata a variação linguística regional (diatópica). A variação diatópica diz respeito justamente às diferenças linguísticas que podem ser vistas em falantes de lugares geográficos diferentes apesar de falarem o mesmo idioma. As variações linguísticas diferenciam-se em quatro grupos: sociais (diastráticas), regionais (diatópicas), históricas (diacrônicas) e estilísticas (diafásicas).

REFERÊNCIAS

<https://descomplica.com.br/artigo/tudo-sobre-variacao-linguistica-para-voce-arrasar-sempre/4k5/>, <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/preconceito-linguistico>, <https://www.preparaenem.com/portugues/variacoes-linguisticas.htm>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Difícil

CATEGORIA

Sociedade e Cultura

TIPO DE QUESTÃO

Interpretação

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

10. (UNIFESO, 2021) Fundada em 2012, a pequena mesquita Sumayyah Bint Khayyat é um prédio simples, de dois andares, que fica no meio da favela Cultura Física, em Embu das Artes, na Grande São Paulo. No térreo, uma pequena lanchonete de comida árabe. Acima, uma sala de oração onde todas as sextas os muçulmanos da região se reúnem para fazer suas preces e estar entre os seus irmãos de fé. No entanto, desde que a mídia e membros da classe política intensificaram a associação entre a comunidade islâmica e o terrorismo, aumentaram os casos de preconceito, discriminação e agressões de todos os tipos contra os seguidores do islã no Brasil e no mundo.

Leia as afirmações abaixo e identifique aquelas que caracterizam a islamofobia.

I - “No começo tudo é difícil, os enfrentamentos vêm dentro de casa. Quando a gente fala ‘eu sou muçulmano’, parentes se distanciam, tive enfrentamentos com a minha noiva, minha mãe, minhas irmãs. Mas, com o tempo, consegui mostrar para eles o verdadeiro Islã. Só lamento muito a perda dos meus amigos. Tem amigo que vivia lá em casa, hoje passa pela minha mãe e nem fala, como se fosse uma doença contagiosa”.

II - O diretor do serviço de segurança da Rússia afirmou que “o surgimento de psicopatas e assassinos de sangue frio que abrigam planos para abater muçulmanos está se tornando uma tendência alarmante não apenas na Europa, mas no resto do mundo”.

III - O professor Samuel Paty foi assassinado em Conflans Sainte Honorine, nas proximidades de Paris. Foi decapitado por um terrorista que se indignou com o uso de caricaturas do profeta Maomé durante uma aula sobre liberdade de expressão.

IV - Em 2012, o adolescente Nissim Ourfali virou hit na internet ao criar para o seu Bar Mitzvah um vídeo com uma versão da música "What makes you beautiful", do grupo One Direction. A partir da produção, sátiras e paródias foram criadas, o que fez com que a família considerasse os vídeos ofensivos e entrasse com um processo judicial para que o Google retirasse o material da internet.

V - “Temos cinco estátuas danificadas na Prainha (BA) há quase três anos. A de Oxalá foi incendiada no ano-novo de 2015 e, até hoje, está queimada. Esse vandalismo deixa claro que nossa religião não é aceita por todos. Mas não entendo o preconceito, porque nós não impomos nada a ninguém”.

Estão corretas somente as afirmativas:

(A) I, II e III.

(B) I, II, III e IV.

(C) I, II e V.

(D) II, IV e V.

(E) III, IV e V.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante identifica situações de islamofobia e diferencia de outras ações de intolerância religiosa a partir da leitura interpretativa das afirmativas.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa A. Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas. A afirmativa IV faz referência ao Bar Mitzvah que é um ritual da religião judaica. A alternativa V relata um ato de intolerância em relação ao Candomblé. Estima-se que 1,57 bilhão de pessoas, ou 23% da população mundial, se identificam como muçulmanos. Em 53 países do globo a maioria religiosa é muçulmana, a maior parte deles na Ásia e no norte da África. Segundo a Associação Nacional de Entidades Islâmicas, um milhão e meio de muçulmanos vivem no Brasil.

REFERÊNCIAS

<https://br.sputniknews.com/europa/2019041813708984-terrorismo-contra-muculmanos/>,
<https://www.cartacapital.com.br/mundo/mulheres-usando-veus-islamicos-sao-atacadas-perto-da-torre-eiffel/>,
<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/21/a-intolerancia-religiosa-na-visao-de-muculmanos-que-vivem-na-periferia-de-sao-paulo>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Sociedade e Cultura

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

11. (UNIFESO 2021) Leia o trecho abaixo:

“Seguindo a ideologia nacional-socialista, o §2º do 11º Decreto da Lei de Cidadania do Reich de 1941 privava da nacionalidade alemã os judeus emigrados. Em 1968, o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha tinha de decidir se um advogado judeu, que havia emigrado para Amsterdã pouco antes da Segunda Guerra Mundial, deveria perder a cidadania alemã, como previa o decreto supracitado. A decisão foi de que o advogado nunca havia perdido sua cidadania alemã porque o Decreto que determinava essa perda era nulo *ab initio*.”

(DIMOULIS, Dimitri. Apresentação. In: FULLER, Lon F. O Caso dos Denunciados Invejados: introdução prática às revelações entre direito, moral e justiça. São Paulo, SP: R T, 2012).

Considerando o enunciado acima, avalie as afirmações que se seguem:

I. O direito e a justiça não estão à disposição do legislador. A ideia de que um legislador constitucional tudo pode ordenar a seu bel-prazer significaria um retrocesso à mentalidade de um positivismo legal desprovido de valoração, há muito superado na ciência e na prática jurídicas. Foi justamente a época do regime nacional-socialista na Alemanha que ensinou que o legislador também pode estabelecer a injustiça.

II. O Tribunal Constitucional Federal afirmou a possibilidade de negar aos dispositivos “jurídicos” nacional-socialistas sua validade como direito, uma vez que eles contrariam os princípios fundamentais da justiça de maneira tão evidente que o juiz que pretendesse aplicá-los ou reconhecer seus efeitos jurídicos estaria pronunciando a injustiça e não o direito.

III. O 11º Decreto infringia princípios fundamentais. Nele, a contradição entre esse dispositivo e a justiça alcançou uma medida tão insustentável que ele foi considerado nulo *ab initio* (...). Esse decreto tampouco se tornou eficaz por ter sido aplicado durante alguns anos ou porque algumas das pessoas atingidas pela “desnaturalização” declararam, em seu tempo, estarem resignadas ou de acordo com as medidas nacional-socialistas. Uma vez estabelecida, uma injustiça que infrinja abertamente os princípios constituintes do direito não se torna direito por ser aplicada e observada.

É correto apenas o que se afirma em:

(A) Todas as afirmações adotam o critério de validade material.

(B) Nenhuma afirmação segue a tese da conexão entre direito e moral.

(C) Somente as afirmações ímpares adotam o critério de validade formal.

(D) Apenas uma afirmação corresponde aos critérios decisórios adotados pelo positivismo exegético.

(E) Apenas duas afirmações correspondem aos critérios decisórios adotados pelo positivismo normativista.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar a adequada compreensão dos critérios de validade e da relação entre justiça e direito adotados pelas filosofias do direito. Disciplina: Filosofia do Direito.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa A. A relação entre direito e justiça é de extrema importância no debate jusfilosófico. O reconhecimento dos princípios, para a constatação do direito para além de um conjunto de normas legisladas, impõe o debate sobre a definição do direito e sobre a discricionariedade dos juízes nas decisões judiciais. Na atualidade, é considerável a presença das supremas cortes nos regimes democráticos, discutindo-se o ativismo judicial e a judicialização da política.

REFERÊNCIAS

DIMOULIS, Dimitri. *Apresentação*. In: FULLER, Lon F. **O Caso dos Denunciante Invejoso: introdução prática às revelações entre direito, moral e justiça**. São Paulo, SP: R T, 2012.

Apresentação de Dimitri Dimolius do livro “O caso dos Denunciante Invejoso” de Lon Fuller.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

12. (UNIFESO, 2021) Leia o trecho abaixo:

“A liberdade e a igualdade são valores conclamados por diversos teóricos da justiça. Consideram-nos as teorias modernas como fundamentos da ordem social e jurídica. Como eles não são harmônicos entre si, os filósofos se alternam em propostas distintas considerando esses dois princípios”.

(SANDEL, Michael. Somos donos de nós mesmos? In. Justiça o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011).

Nesse sentido, considere as afirmações abaixo:

- I. A redistribuição de renda enseja malversação e corrói as estruturas sociais.
- II. A liberdade é uma evolução histórica alcançada pelo processo de racionalização.
- III. As diferenças sociais só se justificam quando promoverem vantagens para os mais necessitados.
- IV. Nenhuma desigualdade social é justa, pois presume a propriedade como justificativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de pensadores em acordo com as proposições acima:

(A) Hegel; Nozick; Marx, Rawls.

(B) Rawls; Marx; Hegel; Nozick.

(C) Nozick; Marx; Hegel; Rawls.

(D) Nozick; Rawls; Hegel; Marx.

(E) Nozick; Hegel; Rawls; Marx.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar a adequada compreensão dos valores éticos de liberdade e igualdade para diversas teorias da justiça propostas por filósofos modernos e contemporâneos. Disciplina: Ética, Teorias da Justiça e História do Direito.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa E. O debate sobre justiça implica, principalmente, na combinação dos valores éticos da liberdade e igualdade. Considerando que a relação entre eles exige um equilíbrio de elementos antagônicos, as proposições filosóficas variam suas definições sobre os seus respectivos modelos de justiça. No debate jurídico, é possível verificar a importância desse tema nas propostas que qualificam o Estado para mediar a questão da justiça social visando diminuir a desigualdade social e suas possíveis restrições aos direitos individuais, como a liberdade.

REFERÊNCIAS

SANDEL, Michael. Somos donos de nós mesmos? / A ideologia libertária (Capítulo 3); A questão da equidade / John Rawls (Capítulo 6). *In. Justiça o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

13. (UNIFESO, 2021) Leia o trecho abaixo:

“O juiz da *common law* escreve opiniões, e não raciocínios silogísticos. Na cultura judiciária de *common law* o juiz não é um matemático, e sim um contador, um narrador do direito. Seu prestígio junto ao seu meio profissional lhe impõe, como contrapartida, que assuma plena e abertamente suas próprias interpretações e que dê conta delas através da argumentação na primeira pessoa do plural (quando fala pela maioria) ou do singular (quando sua opinião é dissidente).”

(GARAPON, Antoine e PAPAPOULOS, Ioannis. *Julgar nos Estados Unidos e na França: cultura jurídica francesa e common law em uma perspectiva comparada*. Trad. Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.)

A respeito da cultura jurídica do *common law* e com base na produção teórica de Max Weber, diga a qual tipo ideal de direito ela corresponde:

- (A) direito racional-tradicional
- (B) direito racional-material**
- (C) direito irracional-material
- (D) direito irracional-formal
- (E) direito racional-formal

INTENÇÃO

A questão, situada no estudo da Sociologia e da Antropologia Jurídica, busca verificar o conhecimento do discente na teoria desenvolvida por Max Weber sobre os tipos ideais de direito, articulando a teoria com a avaliação da cultura jurídica da *common law*. Avalia, portanto a capacidade do discente de desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar (C13).
Disciplina: Sociologia e Antropologia Jurídica.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa B. De acordo com os escritos de Max Weber, para cada tipo de dominação (tradicional, racional-legal e carismática) há um tipo ideal de direito colocado como oposição o direito racional x direito irracional e o direito formal x direito material. O Direito “irracional formal” é aquele que remete às origens do direito, e está diretamente vinculado às suas fontes. A decisão não é controlada pela razão, valendo-se para o veredito do apelo a ordálios, oráculos etc. O direito desse tipo se caracteriza pela total ausência de previsibilidade, bem como por um formalismo rígido na obtenção das decisões. No Direito “irracional-material” não são normas gerais que alimentam seu funcionamento, mas casos concretos e particulares baseados em avaliações éticas, sentimentais ou políticas. Não há critérios gerais e abstratos que possam gerar uma congruência de expectativas, por isso não possui “previsibilidade” visto que as decisões se baseiam em critérios não-jurídicos. Ainda, tem-se Direito “racional-formal”, neste tipo ideal, tanto do ponto de vista material como processual, consideram-se características gerais e unívocas, e combina a previsibilidade com critérios de decisão particulares ao sistema considerado. Por fim, o Direito “racional-material” é o tipo caracterizado pelo direito em que os fatos influem nas decisões jurídicas, determinadas normas de qualidade diferente da que corresponde às generalizações lógicas, normas de natureza ética ou utilitária. Este direito retira o cálculo de suas decisões de critérios tomados de empréstimo de sistemas religiosos, ideológicos, éticos etc.

REFERÊNCIAS

WEBER, Max. *Sociologia do Direito. In.: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

14. (UNIFESO, 2021) Leia o trecho abaixo:

“Perelman parte [...] da distinção básica de origem aristotélica entre raciocínios analíticos ou lógico-formais, por um lado, e raciocínios dialéticos ou retóricos, por outro, e situa sua teoria da argumentação nesse segundo item. Seu objetivo fundamental é ampliar o campo da razão para além dos confins das ciências indutivas ou empíricas, a fim de poder dar contra também dos raciocínios que ocorrem nas ciências humanas, no Direito e na Filosofia”.

(ATIENZA, Manuel. *As Razões do Direito. Teorias da Argumentação Jurídica*. São Paulo: Landy, 2000).

Sobre os pressupostos da argumentação apresentados por Chaïm Perelman julgue os itens a seguir:

I. O Auditório é conjunto de todos aqueles em quem o orador deseja influir com a sua argumentação.

II. São três os tipos de argumentação: a argumentação diante um auditório universal; diante de um único ouvinte e a deliberação consigo mesmo.

III. Persuadir e convencer possuem significados idênticos.

É correto o que se afirmar em:

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I, II e III.

(D) I e II, apenas.

(E) II e III, apenas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca da teoria da argumentação jurídica apresentada por Chaïm Perelman. A competência observada é de dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito (C4) e adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito (C5).
Disciplina: Hermenêutica e Argumentação Jurídica.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa D. A importância se justifica na verificação do conhecimento sobre teoria da argumentação jurídica apresentada por Chaïm Perelman que será empregada pelo estudante no exercício profissional do Direito. Almeja-se um perfil do egresso que tenha adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais (P3). Na teoria da argumentação jurídica, Perelman aborda o auditório como o conjunto de todos aqueles em quem o orador deseja influir com a sua argumentação. Também, aponta três tipos de argumentação: a argumentação diante um auditório universal; diante de um único ouvinte e a deliberação consigo mesmo. Por fim, Perelman difere os atos de persuadir e convencer, sendo que o primeiro só vale para um auditório particular e o último vale para todo ser dotado de razão. Logo, a afirmativa “III” está incorreta e as demais estão corretas. Assim, o gabarito da questão é a letra “D”.

REFERÊNCIAS

ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito. **Teorias da Argumentação Jurídica**. São Paulo: Landy, 2000; PERELMAN, Chaïm. Chaïm e OLBRECHTSTYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação. A Nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

15. (OAB/XXIV Exame - Adaptado) A advogada Maria José encontra-se na 36ª semana de gestação. Em razão de exercer a profissão como única patrona nas causas em que atua, ela receia encontrar algumas dificuldades durante a gravidez e após o parto.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O Estatuto da OAB não dispõe sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas, mas aplicam-se a Maria José as disposições da CLT relativas à proteção à maternidade e à trabalhadora gestante.

(B) O Estatuto da OAB estabelece que os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

(C) O Estatuto da OAB confere a Maria José gestante ou quando der à luz o direito de preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

(D) O Estatuto da OAB confere a Maria José quando der à luz o direito de suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

(E) O Estatuto da OAB confere a Maria José enquanto estiver grávida o direito de entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente quanto às prerrogativas da advogada grávida, tema recente, incluído pela Lei 13.363/2016. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problema (C1). Disciplinas: Ética Profissional

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa A. A importância da questão se justifica na recorrência do tema nas provas da Ordem dos Advogados do Brasil. As prerrogativas da advogada gestante é tema introduzido recentemente no Estatuto da OAB pela Lei 13.363/2016, devendo ser explorado para conhecimento do discente. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica (P5). No caso-problema, está em debate o artigo 7º-A, sendo prerrogativas da advogada gestante a entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X; quando gestante ou quando der à luz o direito de preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição; e quando der à luz o direito de suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente. Ademais, quando gestante ou lactante aplicam-se os direitos previstos na lei enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação. Deste modo, está incorreta a afirmativa que informa que Estatuto da OAB não dispõe sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas.

REFERÊNCIAS

art. 7º-A, da Lei nº 8.906/1994.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

16. (UNIFESO, 2021) Leia o seguinte caso hipotético:

João e José, advogados constitucionalistas, decidem estabelecer sociedade de advogados. Para tanto, elaboram contrato na forma da lei e, na inexistência de Subseção da Ordem dos Advogados no município no qual têm domicílio profissional, fazem o registro do documento no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Sobre o caso hipotético:

I. A sociedade é irregular
PORQUE

II. as sociedades de advocacia devem ser inscritas somente no Conselho Seccional da sua respectiva sede.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente quanto à formação de sociedade de advogados. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplinas: Ética Profissional.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa A. De acordo art. 16, §3º, da Lei nº 8.906/1994, o Estatuto da OAB, “é proibido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia”. Ainda, o art. 15, §1º, estabelece que “A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede”,

REFERÊNCIAS

art. 15, §1º e 16, §3º, da Lei nº 8.906/1994.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

asserção e razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

17. (UNIFESO, 2021) Leia o trecho abaixo:

“As teorias têm função cognitiva: buscam captar o mundo, racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo. A Teoria do Estado, disciplina jurídica originariamente denominada Teoria Geral do Estado, não foge à regra: visa a compreender o Estado como fenômeno social, político e jurídico no qual nossa vida se desenvolve. Existem inúmeras teorias sobre o Estado nas diversas áreas do conhecimento humano. São doutrinas filosóficas, políticas, sociológicas, econômicas, históricas etc., que se recortam na especificidade de sua metodologia e de seus campos de investigação e, sendo complementares, compõem um amplo quadro acerca das origens, da evolução e do desenvolvimento do Estado”.

(MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 2).

O Estado é um fenômeno complexo, interessando tanto à ciência jurídica quanto à ciência política. Com base nos seus conhecimentos acerca da Teoria do Estado, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquele que indica corretamente os três elementos constitutivos do Estado:

- (A) Povo, Governo Soberano, Constituição escrita.
- (B) Povo, Território e Governo Soberano.
- (C) Povo, Território, Constituição escrita.
- (D) Povo, Governo Soberano, Reconhecimento pela ONU.
- (E) Povo, Constituição escrita, Reconhecimento pela ONU.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do estudante acerca dos elementos constitutivos do Estado. A principal competência observada é o domínio sobre instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito. Disciplina: Ciência Política e Teoria do Estado.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa B. Os elementos essenciais de existência do Estado são três: o elemento físico do território, o elemento humano do povo e o elemento subjetivo da soberania. A constituição escrita não é um elemento constitutivo do Estado, inclusive alguns países não a possuem (a Constituição inglesa, por exemplo, não é escrita). Da mesma forma, conforme doutrina majoritária, o reconhecimento da ONU não é condição necessária para a existência do Estado. Logo, o gabarito é a letra B.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2013; MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2018

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH).

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

18. (UNIFESO, 2021) Leia o trecho abaixo:

“O federalismo tem suas primeiras origens nos Estados Unidos. Surgiu como resposta à necessidade de um governo eficiente em vasto território, que, ao mesmo tempo, assegurasse os ideais republicanos que vingaram com a revolução de 1776. [...] Em seguida à experiência americana, outros Estados assumiram também esse modo de ser, ajustando-o às suas peculiaridades, de sorte que não há um modelo único de Estado federal a ser servilmente recebido como modelo necessário.”

(MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 13 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, pp. 879-880).

Sobre a organização do Estado brasileiro e a repartição de competências, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e direito tributário.
- (B) Em razão do princípio federativo, as Constituições dos estados não se submetem às normas da Constituição Federal.
- (C) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil abrange não somente a União, os estados e o distrito federal, mas também os municípios, sendo todos esses entes autônomos.
- (D) É competência comum da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios, explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações.
- (E) Por ser assunto de interesse local, cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do estudante acerca da organização do Estado e a repartição de competências na Constituição Federal de 1988. A principal competência observada é a capacidade de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas. Disciplina: Direito Constitucional I.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa C. Seguem alternativas comentadas: A: Trata-se, na verdade, de competência legislativa concorrente da União com Estados e Distrito Federal, conforme art. 24, I, da CRFB/88; B: O texto constitucional exige que os estados-membros observem os princípios da Constituição Federal; C: Correto, conforme art. 18 da

CRFB/88; D: Conforme art. 21, XI, da CRFB/88, a exploração dos serviços de telecomunicações é de competência exclusiva da União. E: Conforme o art. 25, §2º, da CRFB/88, cabe aos Estados e não aos Municípios explorarem os serviços locais de gás canalizado.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH).

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese.

19. (UNIFESO, 2021) Leia o caso hipotético abaixo:

O Partido Político “Cidadania Ativa” impetra Mandado de Segurança contra ato omissivo do Tribunal Superior Eleitoral, alegando que não houve a apreciação de pedido de registro formalizado no requerimento de partido político de nº 000. Em sua peça exordial, o impetrante desenvolve extensa e complexa tese jurídica, a fim de afastar controvérsia sobre matéria de direito, que necessita ser superada para que haja a configuração da alegada omissão. Por fim, em caso de sucesso do writ, pleiteia a condenação em honorários advocatícios em determinada quantia. Com base no seu conhecimento acerca do assunto, avalie as afirmações a seguir.

I. Em caso de sucesso do *writ*, é cabível a condenação em honorários advocatícios pleiteados pelo impetrante.

II. Eventual controvérsia sobre matéria de direito existente não impede a concessão de mandado de segurança.

III. Caso houvesse algum ato comissivo envolvido, seria inconstitucional a previsão, por norma infraconstitucional, de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança.

É correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do discente acerca dos remédios constitucionais, em especial o Mandado de Segurança. A competência observada é a capacidade de atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos. Disciplina: Direito Constitucional II.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa B. Seguem a justificativa do gabarito: em relação à afirmativa I, o art. 25 da Lei nº 12.016/09 c/c Súmula 512 do STF dispõem no sentido do não cabimento de condenação de pagamento de honorários advocatícios em MS; em relação à afirmativa II, está correta, em conformidade com a Súmula 625 do STF; em relação à afirmativa III, o art. 23 da Lei nº 12.016/09 c/c Súmula 632 do STF autorizam a previsão de prazo decadencial de 120 para MS repressivo no caso de atos comissivos. Considerando que apenas a afirmativa II está correta, o gabarito da questão é a letra B.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Salvador, BA: Juspodivm, 2019.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH).

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

20. (UNIFESO, 2021) Leia o seguinte caso hipotético:

Rubens de Azevedo é um conhecido político conservador. Após anos de experiência na condição de Senador, decide tentar a eleição para o cargo de Presidente da República, obtendo êxito no primeiro turno. Tão logo assume a Presidência, Rubens inicia uma luta contra a política de cotas nas universidades públicas, sob o argumento de que tal medida seria contrária ao sistema meritório, que deve prevalecer como norte às instituições de ensino. Após uma série de reunião com parlamentares, Rubens toma ciência de que foi proposto o PL (Projeto de Lei) nº 552/18, prevendo o seguinte dispositivo:

Art. 2º. É vedada às instituições de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservar, nos concursos seletivos para ingresso nos cursos de graduação, vagas para estudantes negros, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.

Art. 3. Revoga-se todas as disposições em contrário.

Após a devida tramitação no Congresso Nacional, o PL nº 552/18 é enviado a Rubens para que, na condição de Presidente da República, verifique se irá ou não vetar seu conteúdo.

A partir do caso hipotético apresentado, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Rubens não deve vetar o PL nº 552/18, tendo em vista que seu teor está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de Ações Afirmativas e Cotas.

PORQUE

II. O veto jurídico materializa hipótese de controle de constitucionalidade preventivo exercido pelo Poder Executivo.

A respeito dessas asserções, assinale a opção verdadeira:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do discente acerca da jurisprudência do STF sobre ações afirmativas e cotas, bem como sobre as classificações do controle de constitucionalidade no Brasil. A competência é o domínio sobre conceitos deontológicos-profissionais e o desenvolvimento de perspectivas transversais sobre direitos humanos. Disciplinas: Direito Constitucional III.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa D. Em 26.04.2012, o STF julgou as cotas raciais (ADPF 186), considerando como constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Outro precedente é o RE 597.285, que discutiu o sistema de cotas adotado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Observa-se, com base na jurisprudência do STF, que o sistema de cotas almeja a correção das desigualdades sociais, historicamente determinadas, bem como a

promoção da diversidade cultural na comunidade acadêmica e científica, não sendo uma medida desproporcional ou irrazoável. Sendo assim, o PL em questão não está de acordo com esse entendimento, de forma que a asserção I é falsa. Por outro lado, o veto jurídico, e não político, é considerado como exercício do controle preventivo pelo poder executivo, visto que é feito antes de a lei ser publicada e promulgada, estando a asserção II correta. Logo, o gabarito é a letra D.

REFERÊNCIAS

STF, ADO 186 e RE 597;285; BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2019.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

asserção e razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

21. (UNIFESO, 2021) Leia os seguintes trechos de ementa:

“RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ENQUADRAMENTO DE PROFESSORA DO ESTADO DE TOCANTINS, COM BASE EM ASCENSÃO FUNCIONAL. LEI ESTADUAL DE TOCANTINS 351/92, POSTERIORMENTE REVOGADA. NORMA INCONSTITUCIONAL. ATO PRATICADO SOB OS AUSPÍCIOS DO ENTÃO VIGENTE ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE TOCANTINS. [...] CONVALIDAÇÃO DOS EFEITOS JURÍDICOS. SERVIDORA QUE JÁ SE ENCONTRA APOSENTADA. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. O poder-dever da Administração de invalidar seus próprios atos encontra limite temporal no princípio da segurança jurídica, pela evidente razão de que os administrados não podem ficar indefinidamente sujeitos à instabilidade originada do poder de autotutela do Estado, e na convalidação dos efeitos produzidos, quando, em razão de suas consequências jurídicas, a manutenção do ato atenderá mais ao interesse público do que sua invalidação. [...]

3. O poder da Administração, destarte, não é absoluto, de forma que a recomposição da ordem jurídica violada está condicionada primordialmente ao interesse público. O decurso do tempo ou a convalidação dos efeitos jurídicos, em certos casos, é capaz de tornar a anulação de um ato ilegal claramente prejudicial ao interesse público, finalidade precípua da atividade exercida pela Administração. [...]

6. O ato que investiu a recorrente no cargo de Professora Nível IV, em 06.01.93, sem a previa aprovação em concurso público e após a vigência da norma prevista no art. 37, II da Constituição Federal, é indubitavelmente ilegal, no entanto, a sua efetivação sob os auspícios de legislação vigente à época, (em que pese sua inconstitucionalidade), a

aprovação de sua aposentadoria pelo Tribunal de Contas, e o transcurso de mais de 5 anos, consolidou uma situação fática para a qual não se pode fechar os olhos, vez que produziu consequências jurídicas inarredáveis.

Precedente do Pretório Excelso”. (STJ, RMS 24339/TO, 17.11.2008)

Com base no julgado apresentado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

(A) Com base no princípio da autotutela, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, anulando-os, com efeitos *ex tunc*, ou revogando-os, com efeitos *ex nunc*.

(B) O entendimento do STJ está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

(C) Segundo entendimento do STF, a Administração Pública pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, visto que deles não se originam direitos; ou revogar, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(D) Segundo o princípio da autotutela, cabe tão somente a Administração Pública rever seus próprios atos, estando proibido qualquer tipo de controle do Poder Judiciário, sob pena de violação à separação dos poderes.

(E) Conforme decidiu o STJ no trecho lido, é vedada qualquer forma de convalidação dos efeitos jurídicos de atos ilegais de certos atos ilegais em decorrência do decurso do tempo, com base no princípio da segurança jurídica.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do estudante acerca dos princípios da Administração Pública, em especial o princípio da autotutela. A competência observada é a demonstração de competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, além da devida utilização das normas técnico-jurídicas. Disciplina: Direito Administrativo I.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa A. Seguem as alternativas comentadas: A) correta; B) Errada. Não é esse o entendimento do STJ (conforme trecho) nem do STF (conforme súmula 346: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”); C) Errada. Segue entendimento correto da súmula 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”; D) Errada. O Judiciário pode apreciar os atos da administração quanto à legalidade (e não quanto à conveniência e oportunidade); E) Errado. O STJ decide exatamente o contrário, realizando um cotejo entre o princípio da autotutela e o da segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

STJ, RMS 24339/TO, 17.11.2008; CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28ª ed. rev., ampl. e atual. até 31.12.2014. São Paulo: Atlas, 2015.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

(UNIFESO, 2021) Leia o trecho abaixo:

22. “A nova Lei das Licitações [Lei nº 14.133/21], sancionada na quinta-feira (01.04.21), [...] foi criada com o objetivo de trazer mais transparência aos processos licitatórios e coibir a corrupção nos contratos públicos [...]. Na prática, o novo marco deve focar mais no resultado da compra pelo poder público do que no detalhamento minucioso feito ao longo do processo de licitação. Com a evolução das tecnologias e próprio protagonismo de órgão de controle, a Lei nº 8.666/93 passou a não atender mais as necessidades [do governo] [...]”.

(G1. Nova lei das licitações. Reportagem por Luiz Gerbelli e Patrícia Basílio. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/05/entenda-as-principais-mudancas-do-novo-marco-legal-de-licitacoes.ghtml>, em 05.04.21).

A respeito dos diplomas legislativos que regem o tema da licitação no Brasil, assinale a alternativa correta:

(A) A Lei nº 14.133/21 não revogou imediatamente a anterior Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11). Durante o prazo de dois anos, pode a Administração Pública optar por licitar de acordo com a Lei nº 14.133/21 ou com as outras legislações mencionadas, vedada a aplicação combinada de leis.

(B) A Lei nº 14.133/21 revogou a anterior Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11). Assim, atualmente é o único diploma regente das licitações no Brasil.

(C) A Lei nº 14.133/21 revogou imediatamente a anterior Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), porém foi omissa quanto a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02) e ao Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11).

(D) A Lei nº 14.133/21 revogou apenas a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11). Estão em vigor, portanto, a Lei nº 14.133/21 e a anterior Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), sendo possível a combinação de dispositivos de ambas as legislações.

(E) A Lei nº 14.133/21, inobstante declare revogado a anterior Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11), foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo-se sua nulidade.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do discente acerca do novo regime de licitações e contratos administrativos instituídos pela Lei nº 14.133/21. A competência observada é o domínio da terminologia e das categorias jurídicas, com o correto manejo da legislação, doutrina e jurisprudência relacionadas ao direito administrativo. Disciplinas: Direito Administrativo II.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa A. Veja-se artigos 191 e 193 da Lei nº 14.133/21: Art. 193. “Revogam-se: I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei; II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei”. Art. 191. “Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso”.

REFERÊNCIAS

Arts. 191 e 193 da Lei nº 14.133/21; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Nova Lei de Licitações e contratos administrativos comparada e comentada: Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Compreensão

23. (UNIFESO, 2021) Leia o caso hipotético abaixo:

Em um determinado município do Estado do Ceará, fiscais do IBAMA identificam a contaminação do solo em uma vasta região de área verde, afetando, inclusive, um Parque Municipal existente naquela localidade. De acordo com a fiscalização, foi encontrada uma quantidade anormal de chumbo no solo, o que oferece um grande risco à população que frequenta a região, inclusive crianças que brincam no Parque. Em função da contaminação, a Defensoria Pública propõe Ação Civil Pública contra a indústria “Irmãos Moreira Ltda.”, que faz reciclagem de baterias – importante fonte de chumbo - e, portanto, realiza atividade potencialmente poluidora. Na ação, a Defensoria pede a condenação da indústria “Irmãos Moreira Ltda.” e a consequente reparação de todos os danos ambientais e individuais causados pela utilização do produto químico na sua atividade industrial.

Com base no seu conhecimento acerca do assunto, avalie as assertivas a seguir e, em seguida, assinale a única alternativa correta:

I – Para que ocorra a condenação, é necessário comprovar a existência de dolo ou culpa por parte da indústria “Irmãos Moreira Ltda.”;

II – Se a indústria “Irmãos Moreira Ltda.” estiver atuando dentro dos parâmetros legais e do respectivo licenciamento ambiental, não será possível imputar a ela nenhum tipo de responsabilização pelo dano ambiental;

III – Ainda que a área afetada pela contaminação envolva parque municipal, a fiscalização pode ser realizada pelo Ibama, órgão federal, já que é matéria ambiental de competência comum entre os entes federados.

IV – A Ação Civil Pública contra a indústria “Irmãos Moreira Ltda.” não poderia ter sido proposta pela Defensoria Pública, uma vez que apenas o Ministério Público possui legitimidade para a propositura dessa ação.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

(A) As assertivas II e III são verdadeiras, enquanto as assertivas I e IV são falsas.

(B) A assertiva II é verdadeira, enquanto as assertivas I, III e IV são falsas.

(C) As assertivas I e IV são verdadeiras, enquanto as assertivas II e III são falsas.

(D) Todas as assertivas são verdadeiras.

(E) A assertiva III é verdadeira, enquanto as assertivas I, II e IV são falsas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do aluno acerca da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de danos ao meio ambiente. A competência observada é a capacidade de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas. Disciplina: Direito Ambiental e Urbanístico.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: Alternativa E. Seguem alternativas comentadas: Em relação à assertiva I, errada, pois a responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de dolo ou culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade, conforme previsto no art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981. Em relação à assertiva II, errada. Na responsabilidade civil por danos ambientais, a ilicitude não é obrigatória, ou seja, o ato lícito também pode gerar dano ambiental. Portanto, a responsabilização civil ocorre mesmo que a indústria estivesse atuando dentro dos parâmetros do licenciamento ambiental, conforme previsto no art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981. Em relação à assertiva III, está correta, visto que a competência para fiscalização em matéria ambiental é comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo ser exercida por um dos entes federativos mesmo que o licenciamento ambiental tenha sido efetuado por outro ente, conforme previsto no art. 17, §3º, da Lei Complementar n.140/2011. Em relação à assertiva IV, errada, pois o Ministério Público não possui exclusividade na propositura da Ação Civil Pública, sendo tal legitimidade estendida a outros grupos previstos no art. 5º da Lei 7.347/85.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 22ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

24. (UNIFESO, 2021) Leia o seguinte trecho da Convenção Americana de Direitos Humanos: “Artigo 33 - São competentes para conhecer de assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes nesta Convenção: a) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Comissão; e b) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada a Corte”.

(Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica)

Sobre o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, é um dos principais documentos normativos do sistema interamericano, elencando, ao longo do seu texto, os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, bem como aqueles direitos relacionados à integridade pessoal, à liberdade e à proteção judicial.

(B) No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o direito de petição permite a qualquer indivíduo, organização não-governamental ou grupo de particulares apresentarem queixa perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, denunciando os Estados-Partes que violarem normas de direitos humanos previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos;

(C) Comissão Interamericana de Direitos Humanos possui a atribuição de examinar as denúncias de violação a direitos humanos praticadas por qualquer Estado-Membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), desde que estejam presentes, na denúncia, os chamados requisitos de admissibilidade;

(D) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é o órgão jurisdicional do Sistema Interamericano, composta por juízes nacionais de qualquer Estado-Membro da OEA, mesmo que este país não tenha ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos. Ressalte-se, porém, que a competência da Corte alcança apenas os Estados que ratificaram a Convenção e reconheceram, expressamente, sua jurisdição.

(E) As sentenças dadas pela Corte Interamericana têm força vinculante e obrigatória, determinando medidas que possam restaurar o direito violado e evitar uma nova violação. Além disso, a Corte pode adotar medidas provisórias, desde que estejam presentes os pressupostos de admissibilidade. Em função dessa extensa jurisdição, pode-se dizer que a Corte Interamericana substitui os tribunais internos de cada Estado-Membro, funcionando como instância superior desses tribunais.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o domínio do aluno acerca do funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A competência observada é a capacidade de demonstrar a importância dos dois principais órgãos interamericanos de proteção aos direitos humanos, identificando as atribuições da Comissão e da Corte Interamericana. Disciplina: Direitos Humanos e Políticas Públicas.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: Alternativa D. Seguem alternativas comentadas: A) ERRADO. A Convenção Americana elenca apenas os direitos civis e políticos, previstos entre os artigos 2º e 25 da Convenção. A efetiva proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais está prevista em outro tratado, o Protocolo de San Salvador. B) ERRADO. No sistema Interamericano, a provocação da Corte cabe à Comissão Interamericana. O direito de petição do indivíduo, assim, se dirige apenas à Comissão, conforme previsão dos arts. 44 e 61 da Convenção. C) ERRADO. A Comissão só pode examinar as denúncias de violação de direitos humanos praticadas por países que tenham ratificado a Convenção, conforme previsão dos arts. 44 e 45 da Convenção. D) CORRETO, conforme arts. 52 e 62 da Convenção. E) ERRADO. Segundo Flavia Piovesan, o papel da Corte Interamericana, como o de qualquer outra Corte Internacional, não é substituir os Tribunais internos tampouco se tornar uma instância recursal; trata-se de conferir a conformidade dos Estados com suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. Cf. (PIOVESAN, Flavia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 19ed. São Paulo: Saraiva, 2021).

REFERÊNCIAS

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 19ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

25. (UNIFESO, 2021) Leia o texto abaixo:

“Esta palavra [fonte] provém do latim, fons, fontis e significa nascente de água. No âmbito da nossa Ciência [jurídica] é empregada como metáfora, como soberva Du Pasquier, pois ‘remontar à fonte de um rio é buscar o lugar de onde as suas águas saem da terra; do mesmo modo, inquirir sobre a fonte de uma regra jurídica é buscar o ponto pelo qual sai das profundidades da vida social para aparecer na superfície do Direito’”.

(NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014).

O tema das fontes do direito interessa, naturalmente, a todos os ramos da ciência jurídica, não sendo, portanto, exceção no direito internacional público. Sobre esse assunto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Segundo o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, as decisões judiciais não são propriamente fontes do direito internacional público, mas meios auxiliares para determinar as regras de direito.

PORQUE

II. O art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça elenca, como fontes do direito internacional público, as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios gerais de direito, prevalecendo a posição no sentido de que as convenções são fontes hierarquicamente superiores aos princípios e costume internacionais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o domínio do discente acerca das fontes do direito internacional, em especial o conhecimento acerca do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ). A competência primordialmente observada é a interpretação e aplicação das normas (princípios e regras) do direito internacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas. Disciplina: Direito Global.

JUSTIFICATIVA

Gabarito: alternativa C. Segue justificativa. Com efeito, o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça prevê como fontes as convenções internacionais, princípios gerais de direito e costume internacional. Já a doutrina e decisões judiciais são previstas como meios auxiliares. Todavia, conforme posição doutrinária majoritária, não existe hierarquia entre as fontes de direito internacional. Assim, a asserção I está correta e a II, errada. Logo, o gabarito é a letra C.

REFERÊNCIAS

Art. 38 do Estatuto da CIJ; REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

asserção e razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

(UNIFESO, 2021) Leia o caso hipotético abaixo:

26. Alejandro Hernandez, cidadão venezuelano, é obrigado, em decorrência de grave e generalizada violação de direitos humanos no país, a deixar a Venezuela, buscando refúgio no Brasil. Ao chegar em solo brasileiro, Alejandro busca auxílio jurídico para verificar se sua condição permite que lhe seja reconhecido o status de refugiado pelo Estado brasileiro. Diante do caso concreto apresentado, avalie as afirmações a seguir.

I. Alejandro Hernandez possui as condições para o reconhecimento do *status* de refugiado no país, em conformidade com a Lei nº 9.474/97.

II. Caso seja reconhecido o *status* de refugiado a Alejandro Hernandez, o Estado brasileiro não poderá devolvê-lo à Venezuela, em decorrência do princípio do *non-refoulement*.

III. O reconhecimento do status de refugiado, tal como o asilo, é considerado pela doutrina majoritária como um ato discricionário do Estado brasileiro.

É correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I e III, apenas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o domínio do discente acerca dos direitos e garantias do refugiado no Brasil, em conformidade com os regramentos da Lei nº 9.474/97. A competência primordialmente observada é a compreensão da hermenêutica e dos métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito na resolução de problemas concretos. Disciplina: Direito Global.

JUSTIFICATIVA

GABARITO

alternativa D. Segue justificativa: Conforme art. 1º, III, da Lei nº 9.474/97, “será reconhecido como refugiado todo indivíduo que [...] devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. É justamente a hipótese do caso, de forma que a afirmativa I está correta. A II igualmente está correta, pois, uma vez reconhecido o *status* de refugiado, o princípio do *non-refoulement* impede a devolução do indivíduo ao Estado onde sofre os riscos apontados na legislação. Por fim, a afirmativa III está errada, pois, segundo posição doutrinária majoritária, o reconhecimento da condição de refugiado, diferentemente do asilo, é considerado ato vinculado e não discricionário. Logo, está correta a alternativa D.

REFERÊNCIAS

Lei nº 9.474/97; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional privado**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

27. (UNIFESO, 2021) Uma determinada construtora anuncia venda de casas em condomínio na serra com “vista eterna” para um belo lago situado no vale. Alguns compradores indagaram sobre a possibilidade de construção de prédios mais altos no terreno contíguo, que retiraria a vista prometida para o lago dos eventuais adquirentes das casas. A construtora garantiu verbalmente que o fato nunca ocorreria, pois, o terreno contíguo pertencia à própria construtora, que não tinha planos de construir naquele local. Assim, várias pessoas foram convencidas a adquirir casas no referido condomínio. Após alguns anos, quando todas as casas já haviam sido vendidas, pagas e entregues aos compradores, a construtora inicia a construção de elevado prédio de apartamentos no terreno contíguo, prometendo aos novos compradores “vista eterna” para o lago, e retirando a vista dos moradores das casas. Avaliando a conduta da construtora, pode-se inferir que...

(A) os compradores das casas nada poderão fazer, eis que as cláusulas contratuais foram devidamente cumpridas pela construtora.

(B) os compradores das casas nada poderão fazer, eis que os contratos de compra e venda já estão extintos pelo cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

(C) os compradores das casas nada poderão fazer, eis que prevalece a teoria do adimplemento substancial do contrato.

(D) os compradores das casas poderão requerer a declaração de nulidade dos respectivos contratos, em virtude da violação ao princípio da boa-fé objetiva pela construtora na fase da execução dos contratos.

(E) os compradores das casas poderão requerer a declaração de nulidade dos respectivos contratos, em virtude da violação ao princípio da boa-fé objetiva pela construtora, mesmo após a extinção dos contratos e exaurimento de seus efeitos.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do princípio da boa-fé objetiva que guarda estreita ligação com o princípio da justiça contratual e visa, primordialmente, tutelar as legítimas expectativas das partes contratantes. Espera-se que o discente compreenda cada um dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva, diferenciando-os entre si e seja capaz de analisar os casos práticos de aplicação do princípio.

JUSTIFICATIVA

Alternativa E. A opção E está correta porque os deveres decorrentes da boa-fé aplicam-se, igualmente, mesmo após a extinção do contrato. O mesmo raciocínio explica por que estão erradas as opções A e B. A opção C está errada porque aplica indevidamente a teoria do adimplemento substancial do contrato. A opção D está

errada porque a violação da boa-fé ocorreu após a extinção do contrato e não na fase de execução.

REFERÊNCIAS

TARTUCE, Flávio. 1.5. *Principais Classificações dos Contratos*. In.: TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie – v. 3**. 15ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

NEGREIROS, Tereza. **Teoria do Contrato: novos paradigmas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

CATEGORIA

Direito Civil - Subcategoria: Direito dos Contratos

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

28. (UNIFESO, 2021) No trecho a seguir, FARIA e ROSENVALD explicam o conceito de esponsais:

"Esponsais, promessa esponsalícia ou promessa de casamento é o instituto conhecido como noivado – fato social que se encontra enraizado em nossos costumes, embora de modo menos frequente do que no passado, através do qual os noivos tornam pública a intenção de casar, perante, em especial as suas famílias."

(FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVAL, Nelson. Curso de Direito Civil: famílias. – 10. ed. rev. e atual. Salvador: Ed. JusPodvim, 2018)

Referidos autores, em tal conceituação, ao se referir a costumes ressaltam o caráter histórico de tal instituto. Atualmente, entretanto, sobressaem novos princípios no Direito de Família que levam a uma releitura de antigos institutos como o dos esponsais, assim, pode-se afirmar que:

(A) O arrependimento de um dos noivos em realizar o casamento é possível, todavia implica necessariamente no dever de indenizar o outro;

(B) A promessa de casamento, não obriga os pretendentes a casar entre si.

(C) O noivado estabelece efeitos jurídicos pessoais e patrimoniais entre os noivos no âmbito do Direito de Família, podendo ambos, por exemplo, exigir fidelidade.

(D) Uma vez realizado o casamento o vínculo de parentesco por afinidade retroage a data do noivado;

(E) A quebra dos esponsais é considerada, em regra, um ato ilícito.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca dos novos princípios do Direito de Família, notadamente o princípio da liberdade de união que retirou a força obrigatória da promessa de casamento garantindo plena liberdade tanto de se casar apenas com quem se deseja e apenas se for vontade da pessoa casar.

JUSTIFICATIVA

Alternativa B. Em razão do princípio da liberdade de união, atualmente a promessa de casamento não obriga a realização do casamento, sendo direito de ambos os noivos desistirem até mesmo durante a cerimônia. As demais opções estão erradas pois em razão de tal princípio a quebra dos esponsais é considerada, em regra um ato lícito e a desistência só implica em dever de indenizar quando considerada ilícita em razão da forma, e, momento como ocorrida, como por exemplo quando o noivo constringe a noiva abandonando-a no altar e lhe causa danos morais e/ou patrimoniais. O noivado não gera efeitos jurídicos pessoais e patrimoniais no âmbito do Direito de família, mas meras relações no âmbito do direito obrigacional relacionadas aos preparativos para o casamento e o vínculo de parentesco por afinidade só se inicia com o casamento, sendo irretroativo.

REFERÊNCIAS

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVAL, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias.** – 10. ed. rev. e atual. Salvador: Ed. JusPodvim, 2018(autoria própria)

CATEGORIA

Direito Civil - Subcategoria: Direito de Família

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

29. (UNIFESO, 2021) A classificação dos contratos pode levar em conta critérios como os efeitos, a forma, o momento da execução e a formação. Dentro desse contexto, avalie as afirmativas que seguem:

I - Todos os contratos bilaterais são comutativos.

II - Consideram-se comutativos os contratos em que as prestações de ambas as partes são de antemão conhecidas, e guardam entre si uma relativa equivalência de valores.

III - Os contratos gratuitos, também conhecidos como contratos benéficos, se caracterizam pelo fato de que apenas uma das partes obtém proveito, vantagens, enquanto a outra só assume ônus, sacrifícios. Neste caso o contrato se realiza no interesse de apenas uma das partes, já que a outra se obriga apenas para satisfazer a primeira.

IV - Em contrato de comodato, o comodatário responde por simples culpa, enquanto que o comodante responde apenas por dolo.

V - Em contratos aleatórios conhecidos como *emptio spei*, o comprador assume o risco da existência ou não da coisa, o que significa dizer que mesmo que a coisa não venha a existir ele terá que pagar integralmente o preço combinado, desde que não haja dolo ou culpa do alienante.

É correto o que se afirma em:

(A) II, III, IV e V, apenas.

- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II, e III, apenas.
- (D) II, III e V, apenas.
- (E) I, IV e V, apenas.

INTENÇÃO

A questão é busca verificar o conhecimento do discente acerca das diferentes modalidades contratuais, avaliando as características e as classificações, aplicando aos casos concretos.

Justificativa: Estão corretas as afirmativas II, III, IV e V. A opção II define corretamente os contratos comutativos; a opção III bem caracteriza os contratos gratuitos; a opção IV aplica ao comodato a norma do artigo 392 do Código Civil; a opção V define corretamente a *emptio spei*, venda da esperança. A opção I está errada pois há contratos bilaterais aleatórios, como a venda de coisa futura.

REFERÊNCIAS

TARTUCE, Flávio. 1.5. *Principais Classificações dos Contratos*. In.: TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie – v. 3**. 15ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CATEGORIA

Direito Civil - Subcategoria: Direito dos Contratos.

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

30. (UNIFESO, 2021) No regime da comunhão parcial de bens, como o próprio nome indica, nem tudo é incluído na comunhão. Assinale a alternativa que indica o que se encontra excluído da comunhão:

- (A) os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges;
- (B) os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão;
- (C) os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior;
- (D) os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;
- (E) os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das regras atinentes aos regimes de bens entre os cônjuges, notadamente o regime da comunhão parcial de bens que é o regime mais adotado no Brasil até por se aplicar como regra geral.

JUSTIFICATIVA

Alternativa D. De acordo com o inciso II do artigo 1.659 do Código Civil (lei 10.406/2002) “os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares” estão expressamente excluídos da comunhão em tal regime de bens. As demais opções trazem hipóteses incluídas na comunhão pelo artigo 1.660 do mesmo código. Conhecer as exceções ao que se comunica em tal regime é essencial a todo jurista para bem resolver eventuais problemas relacionados a partilha e sucessões.

REFERÊNCIAS

Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002

Civil: FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVAL, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias.** – 10. ed. rev. e atual. Salvador: Ed. JusPodvim, 2018 (autoria própria)

CATEGORIA

Direito Civil - Subcategoria: Direito de Família

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

31. (UNIFESO, 2021) Marque a assertiva CORRETA em relação a Responsabilidade civil do Estado:



Fonte: <https://falauniversidades.com.br/entenda-tudo-sobre-a-crise-do-sistema-carcerario-brasileiro/>

(A) A superlotação não configura ato ilícito, portanto, não há que se falar no dever de indenizar.

(B) O preso submetido a superlotação na prisão tem direito a indenização por danos morais em face da omissão do Estado ao subtrair-lhe o direito a um tratamento penitenciário digno.

(C) O Estado só responderá civilmente pelos danos decorrentes de suas condutas comissas.

(D) A Responsabilidade Civil do Estado será sempre objetiva não sendo necessário a prova da culpa ou da falta de serviço que não funcionou ou funcionou mal.

(E) A responsabilidade civil do Estado está fundamentada na teoria do risco proveito.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do conceito de Responsabilidade Civil do Estado

JUSTIFICATIVA

Alternativa B. A regra está contida no Art. 37, § 6º da CF/88. O Estado submete-se à responsabilidade civil, a CF assevera que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

REFERÊNCIAS

Adaptada.

CATEGORIA

Direito Civil - Responsabilidade Civil.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

32. (UNIFESO, 2021) “A superfície surge no direito romano, na fase derradeira do período clássico – período de intenso desenvolvimento urbano –, inicialmente por meio de relação de direito obrigacional e, posteriormente, como direito real em coisa alheia. Em Roma, a superfície sempre foi um direito real em coisa alheia, sem que nunca fosse alcançada a noção de propriedade autônoma. Com o aperfeiçoamento do modelo jurídico [...] a superfície foi reconhecida como verdadeiro direito de propriedade, abrandando-se o rigor do princípio da unicidade da titularidade, pois, de forma inédita, a propriedade do solo se apartaria da propriedade das construções e plantações, servindo como maneira de estancar situações de crise habitacional. [...] inicialmente positivado no Estatuto da Cidade e posteriormente no Código Civil”.

(FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Reais. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015).

Diante da afirmativa acima e considerando as disposições que tratam do direito de superfície no Código Civil e no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), a característica que se apresenta comum em ambos os dispositivos é: assinale a alternativa CORRETA.

(A) o direito de superfície só pode ser fixado por prazo determinado.

(B) a concessão da superfície pode ser gratuita ou onerosa.

(C) o Código Civil autoriza obra no subsolo, independente de qual seja o objeto da concessão.

(D) o direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.

(E) o Estatuto da Cidade não autoriza utilização do espaço aéreo relativo ao terreno.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca do direito de superfície nas relações privadas, já que o tema se encontra regulado tanto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), quanto no Código Civil.

JUSTIFICATIVA

Alternativa B. Código Civil - Art. 1.370. A concessão da superfície será gratuita ou onerosa; se onerosa, estipularão as partes se o pagamento será feito de uma só vez, ou parceladamente.

Estatuto da Cidade -Art. 21 § 2o A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

REFERÊNCIAS

(FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Reais.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015). (Autoria própria)

CATEGORIA

Direito Civil - Subcategoria: Direitos Reais

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

afirmação incompleta

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

33. (UNIFESO, 2021) A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro determinou que mãe e filho deverão limitar em cinco o número de gatos que criam em um apartamento, localizado em um dos cinco blocos do Condomínio do Parque Residencial Eldorado, em Vila Isabel. No imóvel vivem 52 felinos e os condôminos estavam incomodados com o mau cheiro das fezes e da urina dos bichanos. O odor, segundo os moradores, invadia o corredor e os elevadores do bloco residencial. A excessiva quantidade de gatos foi uma surpresa para o síndico e condôminos, que entraram com uma ação na Justiça. Disponível em <http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7936831>. (Acessado em 09/07/2021). Considerando a situação hipotética narrada, bem como a legislação em vigor que dispõe sobre o Direito de Vizinhança e Uso Anormal da Propriedade, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O Condomínio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais aos condôminos, somente, no que refere à segurança dos que habitam, a utilização de mãe e filho não afeta a propriedade vizinha.

(B) O Condomínio não tem o direito de fazer cessar as interferências provocadas pela utilização de mãe e filho, em função do rigor do princípio da unicidade da titularidade imobiliária.

(C) O Condomínio tem o direito de fazer cessar qualquer atividade no interior da unidade autônoma de mãe e filho, exceto se essa tratar-se da cria de animais em razão da legislação protetiva aos direitos dos animais.

(D) O Condomínio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha (mãe e filho).

(E) O Condomínio para fazer cessar as interferências de mãe e filho deve observar, apenas, se há distanciamento de metro e meio entre os condôminos, não lhes sendo lícito qualquer interferência a partir desse limite.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca do direito de vizinhança no que refere ao uso anormal da propriedade.

JUSTIFICATIVA

Alternativa D. Código Civil - Art. 1.277. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

REFERÊNCIAS

Disponível em <http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7936831>. (Acessado em 09/07/2021). (Autoria própria)

CATEGORIA

Direito Civil - Subcategoria: Direitos Reais

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

34. (UNIFESO, 2021) Leia as asserções abaixo:

I. Caso as alegações de fato possam ser comprovadas por prova exclusivamente documental, e houver tese favorável ao pedido firmada em súmula vinculante, a tutela da evidência poderá ser concedida *inaudita alteras pars*

PORQUE

O afastamento do princípio do contraditório, neste caso, será justificado pela cabal demonstração do perigo de dano enfrentado pelo autor.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

INTENÇÃO

verificar o domínio do estudante a respeito do regime de concessão de tutelas provisórias de acordo com o CPC/2015.

Principal competência: dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

JUSTIFICATIVA

a questão traz um tema relevante não só para a vida profissional, mas também para a preparação do estudante para o exame de ordem e outros concursos. A primeira afirmativa é verdadeira e traz o cabimento da tutela de evidência, à luz do Código de Processo Civil. A segunda assertiva, além de não justificar a primeira, é falsa, pois a concessão da tutela de evidência independe da demonstração de perigo. A demonstração de perigo é requisito para concessão da tutela de urgência.

REFERÊNCIA

Arts. 9º, II e 311, II do CPC/2015.

CATEGORIA

Direito processual Civil. Subcategoria: Direito processual civil I.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

asserção e razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

compreensão.

35. (UNIFESO, 2021) Em determinada demanda ajuizada por Maria Alice em face de Lucas foi proferida sentença de total procedência do pedido condenado o réu em honorários sucumbenciais, no montante de 10% do valor da condenação, embora na inicial constasse o pedido de 20%. A partir do caso acima,

(A) Maria Alice deverá recorrer, estando seu recurso isento de preparo.

(B) Não cabe recurso de Maria Alice, mas sim do advogado como terceiro prejudicado. O recurso (apelação) estará sujeito a preparo, salvo se o advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

(C) Não cabe recurso da Maria Alice, mas do advogado como terceiro prejudicado. Neste caso, o recurso (apelação) é isento de preparo caso Maria Alice seja beneficiária da Justiça gratuita.

(D) Maria Alice deverá recorrer, estando seu recurso sujeito a preparo.

(E) Nesse caso não cabe recurso, porque a sentença foi de total procedência.

INTENÇÃO

A questão pretende avaliar o conhecimento do estudante acerca dos honorários sucumbenciais e os recursos no processo civil.

Disciplina: Direito Processual Civil. Subcategoria: Direito Processual III

JUSTIFICATIVA

A questão envolve dois temas relevantes: honorários advocatícios e recursos no processo civil.

A) Assertiva errada. A legitimidade é do advogado quando o recurso versar exclusivamente sobre honorários, conforme art. 85, § 14 do CPC. **B) Assertiva correta.** Considerando que o advogado é parte legítima, este deve comprovar que faz jus à gratuidade de justiça. Art. 99, §5º do CPC. C) Assertiva errada. Idem anterior. D) Maria Alice não possui legitimidade neste caso e sim o advogado, conforme art. 85 e 99 do CPC. E) Assertiva errada. Neste caso, é possível a interposição de recurso pelo advogado por tratar-se, exclusivamente, de honorários advocatícios.

REFERÊNCIAS

Arts. 99, §5º e 85, § 14 do CPC.

CATEGORIA

Direito processual Civil. Subcategoria: Direito processual civil III.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

36. (UNIFESO, 2021) Sobre os tribunais e suas decisões, analise as proposições que seguem:

I. Algumas decisões interlocutórias são impugnáveis via agravo de instrumento, enquanto outras são impugnáveis na apelação.

II. Quando um dos pedidos estiver em condições de imediato julgamento e os demais não, o juiz proferirá decisão interlocutória de julgamento parcial do mérito; neste caso a decisão só poderá ser impugnada por agravo de instrumento.

III. Verificada a incapacidade processual do recorrido, o relator suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o relator não conhecerá do recurso.

IV. Se da sentença são interpostas duas apelações, uma pela via independente, outra pela via adesiva, haverá trânsito em julgado da decisão impugnada se o recorrente que optou pela via adesiva desistir do recurso.

V. Caso o juiz julgue procedentes os embargos à execução fiscal promovida pela União, em que o proveito econômico buscado pelo ente público seja de 1.001 salários-mínimos, não havendo apelação por parte do ente público, deverá ser procedida a remessa necessária.

São verdadeiras as assertivas:

(A) I, II e V.

(B) I, II e IV.

(C) III, IV e V.

(D) II, III e IV.

(E) I, III e V.

INTENÇÃO

A questão pretende avaliar o conhecimento do estudante acerca dos recursos, seus cabimentos e procedimento à luz do CPC. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

Disciplina: Direito Processual Civil. Subcategoria: Direito Processual III.

JUSTIFICATIVA

O domínio da estrutura recursal é fundamental para o profissional do direito. I) assertiva verdadeira. II) Assertiva verdadeira. Art. 356, §5º do CPC. III) Assertiva errada, conforme art. 76, §2º do CPC. IV) Assertiva errada. A desistência do recurso principal (via independente) prejudica o recurso interposto pela via adesiva. No caso de desistência do recurso adesivo não há qualquer interferência no recurso principal. V) Assertiva verdadeira, conforme art. 496, §3º do CPC.

REFERÊNCIAS

Câmara. Alexandre. **O novo processo civil brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CATEGORIA

Direito processual Civil. Subcategoria: Direito processual civil III.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

37. (UNIFESO, 2021) Lúcio reside no condomínio Granja da Serra e, por conta da dificuldade financeira em sua atividade empresarial, está com oito cota condominiais em atraso. O síndico enviou diversas notificações extrajudiciais cobrando Lúcio, porém não obteve êxito. Dessa forma, o condomínio, representado pelo síndico, comparece ao seu escritório objetivando o ingresso em Juízo. Nesse contexto,

(A) o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias do condomínio pode ser cobrado em execução extrajudicial, bastando o condomínio juntar os boletos;

(B) o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias do condomínio pode ser cobrado em execução extrajudicial, bastando o condomínio juntar as notificações extrajudiciais enviadas a Lucio;

(C) o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias do condomínio podem ser cobradas em execução extrajudicial, tendo que ser juntado aos autos a convenção de condomínio ou a ata da assembleia que estabeleceu a possibilidade e o valor devido;

(D) o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias do condomínio pode ser cobrado em execução extrajudicial, mas não podem mais ser cobradas em ação de cobrança, pois a propositura da execução é indisponível;

(E) o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias do condomínio não podem ser cobradas em execução extrajudicial, pois não é título executivo extrajudicial;

INTENÇÃO

A questão pretende avaliar o conhecimento do estudante acerca dos títulos executivos extrajudiciais e o processo de execução. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

Disciplina: Direito Processual Civil. Subcategoria: Direito Processual IV.

JUSTIFICATIVA

A compreensão e a distinção dos títulos executivos extrajudiciais são importantes para a formação profissional do discente. Além disso, a questão envolve a comprovação/documentação do referido título executivo, à luz do CPC. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de aplicação, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2).

A) Assertiva errada. O art. 784, X do CPC prevê que é título executivo extrajudicial “o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas”, não servindo os boletos para tal finalidade. B) Assertiva errada. Idem anterior. C) Assertiva correta, conforme art. 784, X do CPC. D) Assertiva errada. O art. 785 do CPC prevê que “A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de

obter título executivo judicial.” E) Assertiva errada. O art. 784, X prevê o referido documento como título executivo extrajudicial.

REFERÊNCIAS

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil – Volume único – 9. ed.** – Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

CATEGORIA

Direito processual Civil. Subcategoria: Direito processual civil IV.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

38. (OAB – adaptada) Em uma ação revisional de aluguel ajuizada por Ramon, foi aberto prazo para a apresentação de réplica, não tendo a parte autora se manifestado. Compulsando os autos, verificou-se que não constava o nome do patrono de Ramon na publicação do despacho para apresentação de réplica. No entanto, não foi determinada a repetição do ato pelo Juízo e o pedido foi julgado totalmente procedente.

Sobre o caso hipotético acima, assinale a afirmativa correta.

(A) Se a ré alegar, em sede de apelação, a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, deverá ser pronunciada a nulidade.

(B) Não havia necessidade de repetição da intimação para apresentação de réplica, já que o mérito foi decidido em favor da parte autora.

(C) Caso tivesse sido reconhecida a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, caberia ao juiz retomar o processo do seu início, determinando novamente a citação da ré.

(D) Independentemente de ter havido ou não prejuízo à parte autora, a intimação deveria ter sido repetida, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.

(E) a nulidade é absoluta e desinteressa a existência de prejuízo ou não à parte autora.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar a aplicação das nulidades e dos princípios da instrumentalidade e contraditório no Processo Civil. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos (C5), além de aplicar corretamente a legislação.

JUSTIFICATIVA

O tema é importante para a aplicação dos conhecimentos acerca do tema, buscando, a partir de um caso concreto, estimular a tomada de decisão frente a uma situação problema. A) Assertiva errada. A ré carece de interesse para arguir tal nulidade, diante da inexistência de prejuízo. B) CORRETA. Art. 282, §1º do CPC, diante da inexistência de prejuízo. C) Assertiva errada. Não há nulidade no presente caso. Caso fosse

reconhecida eventual nulidade, o juízo possui competência para definir a extensão dos atos, não havendo que se falar em retorno ao início de forma automática. D) Assertiva errada. Não há nulidade e não há necessidade de repetir a intimação diante da inexistência de prejuízo. E) Assertiva errada. Não se trata de nulidade absoluta no presente caso, devendo a parte interessada alegar eventual prejuízo, o que não ocorreu.

GABARITO

Letra B

REFERÊNCIAS

Art. 282 do CPC.

CATEGORIA

Direito processual Civil. Subcategoria: Direito processual civil I.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

39. (UNIFESO, 2021) Fernando ajuizou uma ação indenizatória em face da empresa LDL. Na petição inicial formulou pedido de gratuidade de justiça, o que foi deferido pelo juízo. Considerando que a empresa LDL pretende reverter tal decisão que deferiu a gratuidade a Fernando, qual a postura correta a ser adotada pela ré?

- (A) A empresa LDL deve requerer a abertura de incidente de impugnação de gratuidade de justiça;
- (B) A empresa LDL não tem direito de impugnar a gratuidade concedida a Fernando;
- (C) A empresa LDL deve recorrer da decisão que concedeu a gratuidade;
- (D) Fernando, após o pedido de revogação por parte da empresa ré, deve renunciar ao benefício.
- (E) A empresa LDL deve impugnar a gratuidade na contestação a ser por ele apresentada.**

INTENÇÃO

verificar o conhecimento do estudante a respeito da gratuidade de Justiça Objetiva-se a utilização correta da terminologia e das categorias jurídicas (C9).

JUSTIFICATIVA

A) Assertiva Errada. Não há que se falar em incidente de impugnação da gratuidade neste caso. B) Assertiva errada. Quando o pedido de gratuidade é formulado na petição inicial, a ré deve apresentar sua impugnação na contestação. Não há que se falar em ausência de direito de impugnar neste caso. C) Assertiva errada. Não cabe recurso da decisão que defere a gratuidade. A ré deve impugnar na contestação neste

caso. De acordo com o art. 1.015 do CPC, é cabível recurso da decisão que indefere ou acolhe o pedido de revogação da gratuidade, não sendo as hipóteses da questão. D) Assertiva errada. Não há que se falar em exigência de renúncia após pedido de revogação por parte da empresa ré. **E) assertiva correta.** A ré deve apresentar a impugnação na contestação, conforme art. 100 do CPC.

REFERÊNCIAS

art. 100 do CPC/2015 e Lei 1.060/50.

CATEGORIA

Direito Processual Civil. SUBCATEGORIA: Direito Processual Civil I. Conteúdo: Gratuidade de Justiça. Deveres das partes e dos procuradores. Sucumbência. Honorários.

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

40. (UNIFESO, 2021) Jonas adquiriu um apartamento em um empreendimento imobiliário da empresa MORADA FELIZ, famosa incorporadora da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Ocorre que a empresa está passando por dificuldades financeiras e não vai cumprir o prazo de entrega das unidades. Ao tomar conhecimento de que a empresa estaria se desfazendo do patrimônio por conta da crise, Jonas compareceu ao seu escritório para buscar uma orientação temendo que isso possa frustrar futura execução. A partir do caso hipotético acima, considerando a preocupação exposta por Jonas, qual a medida adequada para assegurar o direito do seu cliente?

- (A) Tutela de urgência antecipada, tendo em vista o perigo do dano.
- (B) Tutela de urgência antecipada requerida em caráter incidental.
- (C) Tutela de urgência cautelar para registro de protesto contra alienação de bem, diante do risco ao resultado útil do processo.**
- (D) Tutela de urgência cautelar antecedente, não sendo possível formular pedido principal no caso de indeferimento.
- (E) A fungibilidade das tutelas não é aplicável no presente caso, devendo o juízo indeferir caso julgue inadequada a medida de Jonas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o domínio do estudante acerca das tutelas provisórias (urgência e evidência). Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas (C5), além de aplicar corretamente a legislação.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente para compreender e aplicar as tutelas provisórias no processo civil. A) Assertiva errada. No caso não há que

se falar em perigo de dano e sim de asseguarção do direito, visando o resultado útil do processo. B) Assertiva errada. Idem anterior. **C) Assertiva correta.** De acordo com art. 301 do CPC. O caso envolve medida de natureza cautelar (assegurar futura execução). D) Assertiva errada. De acordo com art. 310 do CPC, somente nos casos de indeferimento pelo reconhecimento de prescrição ou de decadência é que não será possível formular pedido principal. E) Assertiva errada. Aplica-se às tutelas de urgência a fungibilidade, conforme art. 305, parágrafo único do CPC.

REFERÊNCIAS

Arts. 301, 305 e 310 do CPC.

CATEGORIA

Direito processual Civil. Subcategoria: Direito processual civil I.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

41. (UNIFESO 2021) - Considere que uma pessoa tenha obtido vantagem ilícita para si, qual seja, adquirindo um guarda-roupas, uma cama box e uma cabeceira de cama por meio de documento falso, em nome de pessoa diversa da sua, quando fazia compras nas Casas Salvador. Na ocasião, o réu adquiriu os bens levando-os imediatamente, para casa. Com base no texto, analise as assertivas abaixo:

I - O princípio da subsidiariedade é aplicado quando uma das condutas típicas for meio necessário ou fase normal de preparação ou execução do delito de alcance mais amplo.

II - Comprovado que os crimes tipificados no art. 171 (estelionato) e art. 304 CP (uso de documento falso), ocorreram na mesma circunstância fática, servindo o falso como meio necessário para o estelionato e nele se exaurindo, aplica-se o princípio da consunção;

III - Comprovado que os crimes tipificados no art. 168 (apropriação indébita) e art. 304 (uso de documento falso) ocorreram na mesma circunstância fática, servindo o falso como meio necessário para a apropriação indébita e nele se exaurindo, aplica-se o princípio da consunção;

IV - Segundo entendimento sumular quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido;

V - O crime de apropriação indébita e de estelionato ocorreram na mesma circunstância fática, respondendo o agente pelos dois crimes em concurso material, art. 69 do CP.

(A) As assertivas I, II e IV estão corretas.

(B) As assertivas I, III e IV estão corretas.

(C) As assertivas III, IV e V.

(D) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

(E) Somente as assertivas III e V estão corretas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar a capacidade do estudante de análise da situação-problema e a relação com as assertivas propostas. Disciplina: Direito Penal I (antiga grade), Direito Penal – Parte Geral I (nova grade), Direito Penal III (antiga grade) e Violência e Criminalidade I (nova grade). Conteúdos: Conflito aparente de normas, Estelionato e Apropriação indébita. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1(DCN) e o perfil 2 (DCN). C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica.

JUSTIFICATIVA

A assertiva I está incorreta, pois o princípio da subsidiariedade não se aplica a fase de preparação do delito. Com relação às assertivas III e V estão incorretas tendo em vista que o crime ocorrido foi o estelionato.

REFERÊNCIAS

(recurso online) ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte geral**. (Coleção Esquemático). 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Capítulo 10. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594829/cfi/6/4!/4/4/2/2/2@0:39.8>

(recurso online) ESTEFAM, André. **Direito penal, v. 1: parte especial: Arts. 121 a 234-B**. 8. São Paulo: Saraiva, 2021. Título II – Dos crimes contra o patrimônio. Capítulo VI - Art. 171 do CP.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Difícil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

42. (XIII Exame da OAB /FGV – 2ª Fase – Adaptada) Genebaldo, retornando para o trabalho após ir a um restaurante almoçar com um amigo, é parado em uma blitz da polícia militar. Genebaldo fica bastante apreensivo, porque tem ciência que seu veículo está com a documentação irregular, por atraso no pagamento de IPVA, além de multas vencidas e vistoria não realizada. Na visão dele, certamente, o veículo seria rebocado para o depósito. Após sinalizar e determinar a parada do automóvel de Genebaldo, o policial solicita que GENEBALDO saia do carro e apresente os documentos. Como existiam diversos outros carros parados na fiscalização, uma fila de motoristas é formada. GENEBALDO, então, em pé, na fila, aguardando sua vez para apresentar a documentação, fala baixinho ao amigo: *“Vou ver se tem jogo. Vou oferecer cinquenta reais para ele liberar a gente. O que você acha? Será que dá?”* Porém, o que GENEBALDO não percebeu é que exatamente atrás dele estava um policial que tudo escutara e, tão logo acaba de proferir as palavras ao amigo, GENEBALDO é preso em flagrante. Aturdido com a situação, ele pergunta: *“Mas o que eu fiz?”*, momento em que o policial que efetuava o flagrante responde: *“Tentativa de corrupção ativa.*

Com base estritamente na narrativa acima assinale a alternativa correta:

- (A) Genebaldo poderá responder por tentativa de corrupção ativa, pois embora formal o crime de corrupção, o policial não aceitou proposta;
- (B) Genebaldo poderá responder por tentativa de corrupção passiva, pois embora material o crime de corrupção, o policial ouviu a proposta, embora não tenha sido dirigida a ele (policial).
- (C) Genebaldo poderá responder por consumação passiva consumada, pois a proposta independe da aceitação e de ter sido dirigida diretamente ao policial;
- (D) Genebaldo não iniciou a execução do crime de corrupção passiva, motivo pelo qual a sua conduta é atípica;
- (E) Genebaldo não iniciou a execução do crime de corrupção ativa, motivo pelo qual a sua conduta é atípica.

INTENÇÃO

A questão busca verificar a capacidade do estudante de aplicar a situação-problema o conhecimento apreendido acerca de da matéria de crimes contra a administração pública. Disciplina: Direito Penal IV (antiga grade), Violência e Criminalidade II (nova grade). Conteúdos: Crimes contra a administração pública: corrupção ativa e corrupção passiva. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1(DCN) e o perfil 2 (DCN). C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica.

JUSTIFICATIVA

O crime de corrupção ativa é crime contra administração pública praticado pelo particular. Trata-se de crime de conteúdo variado, bastando apenas uma conduta para sua consumação. Dentre as condutas está oferecer vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. O delito é um crime formal que descreve conduta (oferecer ou prometer vantagem indevida) e resultado, que seria o funcionário receber tal vantagem ou promessa. No entanto, para a

configuração da consumação basta que o funcionário público tome ciência da oferta da vantagem ou da promessa da vantagem. Na situação-problema da questão, Genebaldo decide oferecer a vantagem indevida ao policial que o abordou, mas não o faz, tendo em vista que outro agente de segurança pública o impediu ao ouvir as palavras suas palavras demonstrando tal intenção, não havendo crime consumado ou tentado na hipótese. O fato do agente de segurança ter ouvido a conversa, e as palavras do agente que ofereceria a vantagem, tal conduta não foi dirigida a ele, e por isso também não configuraria corrupção ativa.

REFERÊNCIAS

(recurso online) ESTEFAM, André. **Direito penal, v. 3: parte especial: Arts. 235 a 359-H. 8.** São Paulo: Saraiva, 2021. Título XI – Dos crimes contra administração pública. Capítulo II – Crimes praticados por particular.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590111/cfi/6/2!/4/2/2@0.00:51.2>

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

43. (UNIFESO, 2021) Fala-se em uma ideia de justiça criminal negocial diante da possibilidade de haver uma negociação direta entre o Ministério Público e o investigado ou acusado (assistido por um Advogado), negociação essa posteriormente analisada e homologada pelo juiz. “A Justiça negocial penal é uma tendência não só no Direito brasileiro, a partir das reformas da legislação penal e de processo penal e do próprio sistema de Justiça criminal, mas é operada em vários países da América Latina. No Direito americano, guardadas as devidas proporções em relação ao nosso sistema, também se usa com frequência a negociação para a solução de questões criminais”.

(Maia, Alneir Fernando S. O que é o direito penal negocial e quais as razões para críticas a essa ‘novidade? Conjur. 22/05/21. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-mai-22/maia-direito-penal-negocial-criticas-novidade> acesso em 07/7/2021).

Entretanto, no sistema de justiça criminal brasileiro, como ocorre em inúmeros outros países, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria ou participação do agente na prática dessa infração penal, o Ministério Público, como regra, está obrigado a promover a persecução penal com o oferecimento da denúncia e dela não pode abdicar. Com a introdução em nosso ordenamento de mecanismos e institutos de justiça penal negocial, tais como a transação penal, a suspensão condicional do processo e, mais recentemente, o acordo de não persecução penal, surgem questionamentos acerca de princípio e regras que norteiam a persecução penal. Com base no texto acima, bem como no posicionamento majoritário da doutrina e da jurisprudência, é correto afirmar que:

(A) a proposta de transação penal (art. 76, da Lei nº 9.099/95) representa mitigação, flexibilização do princípio da indisponibilidade da ação penal pública.

(B) a proposta de suspensão condicional do processo (art. 89, da Lei nº 9.099/95) representa flexibilização, mitigação ao princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

(C) a proposta de acordo de não persecução penal (art. 28-A, do CPP) representa afastamento, violação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

(D) a proposta de acordo de não persecução penal (art. 28-A, do CPP) representa flexibilização, mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

(E) a proposta de transação penal (art. 76, da Lei nº 9.099/95) representa afastamento, violação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

INTENÇÃO

A questão visa aferir a capacidade de interpretação dos saberes teóricos relacionados com as temáticas abordadas de forma que possa explicá-las. Disciplina: Processo Penal I. Conteúdos: transação penal, suspensão condicional do processo, acordo de não persecução penal e suas vinculações aos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade que regem a persecução penal nos crimes de ação penal de iniciativa pública. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 4 (DCN) e o perfil 5 (DCN). **C4** – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; **P5** – atitude reflexiva e visão crítica.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o posicionamento majoritário da doutrina e da jurisprudência, as propostas de transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal não representam violação aos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal pública, mas apenas flexibilização, mitigação desses princípios.

REFERÊNCIAS

art. 5º, LIII, LIV e LV, da CRFB/88; arts. 3º-A, 24 e 28-A, do CPP e arts. 76 e 89, da Lei nº 9.099/95.

JUNIOR, Aury Lopes. **Direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2020, 17ª ed., págs. 328 e 350 a 354.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Compreensão

44. (EMERJ- PROVA DE INGRESSO - CP I - 03/6/2007 - adaptada). O Ministério Público, ao oferecer a denúncia pela prática do crime de lavagem de dinheiro (art. 1º, da Lei nº 9.613/98), requereu, com êxito, a prisão preventiva do réu, que foi executada. O fundamento para a decretação da cautelar foi o fato de duas fundamentais testemunhas terem dito à autoridade policial que haviam sido ameaçadas pelo então indiciado, para que apresentassem versão que lhe fosse favorável. Encerrada a fase probatória, ficou nítido que nenhuma testemunha sofrera ameaça do réu para que depusesse a seu favor. Ao contrário, ficou esclarecido que o réu havia pedido às testemunhas que dissessem a verdade, para que ele não fosse indevidamente condenado, o que elas interpretaram erradamente. Nas circunstâncias, o advogado, defensor do réu, provando sua primariedade, sua boa conduta social, sua residência e trabalho fixos, requereu ao juiz que lhe concedesse a liberdade provisória vinculada sem fiança em razão de não estarem presentes os fundamentos que autorizariam a manutenção da prisão”.

Com base no caso exposto, bem como no posicionamento majoritário da doutrina e da jurisprudência, é correto afirmar que:

(A) O pleito de concessão de liberdade provisória formulado pelo advogado foi correto e deve ser deferido exatamente nos termos em que foi formulado, diante da ausência de fundamentos que autorizavam a manutenção da prisão preventiva, tal como no caso exposto.

(B) O pleito de concessão de liberdade provisória formulado pelo advogado foi incorreto, pois a contracautela própria da prisão preventiva considerada desnecessária

(como no caso exposto) ou desproporcional é a revogação que poderia ser determinada de ofício pelo juiz.

(C) O pleito de concessão de liberdade provisória formulado pelo advogado foi incorreto, pois a contracautela própria da prisão preventiva considerada ilegal desnecessária ou desproporcional (como no caso) é o relaxamento e deveria ser determinado de ofício pelo juiz.

(D) O pleito de concessão de liberdade provisória formulado pelo advogado foi correto diante do desrespeito às formalidades legais para a manutenção da prisão preventiva (como no caso) e deve ser deferido exatamente nos termos em que foi formulado.

(E) O pleito de concessão de liberdade provisória formulado pelo advogado foi incorreto haja vista que se trata de hipótese de inafiançabilidade e, portanto, deve ser indeferido pelo juiz.

INTENÇÃO

A questão visa aferir a capacidade de reflexão do estudante da situação-problema, distinguindo os distratores de forma relacionada com o caso, e identificando a opção correta. Disciplina: Processo Penal II. Conteúdos: Teoria geral das medidas cautelares pessoais. Prisões provisórias e suas espécies. Contracautelas. Relaxamento de prisão. Liberdade provisória. Revogação. Fiança. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliada a Competência 1 (DCN) e o perfil 2 (DCN). **C1** – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; **P2** – capacidade de análise, domínio de conceitos e da **terminologia** jurídica.

JUSTIFICATIVA

Do enunciado se infere que apesar de não ter havido qualquer ilegalidade decretação ou na manutenção da cautela prisional – o que ensejaria o seu relaxamento – ficou comprovada a ausência de fundamentos que a autorizassem a manutenção da prisão preventiva e, de acordo com o posicionamento majoritário da doutrina e da jurisprudência, a contracautela própria da prisão preventiva desnecessária é a revogação e não a liberdade provisória (própria da prisão em flagrante).

REFERÊNCIAS

art. 5º, LXI e LXV, da CRFB/88; arts. 310 e 316, do CPP;
 JUNIOR, Aury Lopes. **Direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2020, 17ª ed., págs. 913 a 932 e 1.070 a 1.076.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

45. (CESPE – Juiz de Direito – TJ – CE/2018 – Adaptada) João e Maria foram casados por cinco anos e, após o divórcio, continuaram a residir no mesmo lote, porém em casas diferentes. Certo dia, João, depois de ingerir bebidas alcoólicas, abordou Maria em um ponto de ônibus e, movido por ciúmes, iniciou uma discussão e a ameaçou de morte. Maria, ao retornar para casa à noite depois do trabalho, encontrou o ex-marido ainda embriagado; ele novamente a ameaçou de morte, acusando-a de traição. Ela foi à delegacia e registrou boletim de ocorrência acerca do acontecido. Ao retornar para casa, Maria encontrou mais uma vez, momento em que o ex-marido mais uma vez repetiu a ameaça. Com referência a essa situação hipotética à luz jurisprudência dos tribunais superiores, avalie as afirmativas abaixo:

I – Os crimes de ameaça praticados por João serão punidos na forma do art. 69 – concurso material, considerando a pluralidade de condutas em momentos distintos.

II – Os crimes de ameaça praticados por João serão punidos na forma do art. 71 – crime continuado, considerando o nexo de continuidade entre crimes da mesma espécie.

III – Por ser a ameaça um crime de menor potencial ofensivo, João, se condenado, poderá ser beneficiado com a substituição da pena de detenção por pena restritiva de direitos ou multa.

IV - A ameaça contra mulheres em um contexto de relação doméstica, familiar ou íntima por discriminação de gênero deixa de ser pública condicionada, sendo incondicionada.

V – Maria poderá solicitar medida protetiva de urgência, que caso seja descumprida configurará o delito de desobediência do art. 330 do Código Penal.

É correto o que se afirma:

(A) apenas nas proposições I e III.

(B) apenas nas proposições II e IV.

(C) apenas na proposição II.

(D) apenas na proposição I.

(E) apenas nas proposições II e V

INTENÇÃO

A questão visa aferir a capacidade de reflexão do estudante da situação-problema, distinguindo as assertivas do enunciado da questão de forma relacionada com o caso, e identificando a opção correta. Disciplina: Direito Penal – Parte Geral II, Direito Penal III (antiga grade), Violência e Criminalidade II (nova grade). Conteúdos: Concurso de Crimes, Ação penal, Ameaça e Lei Maria da Penha. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1(DCN) e o perfil 1 (DCN). **C1** – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; **P2** – capacidade de análise, domínio de conceitos e da **terminologia** jurídica.

JUSTIFICATIVA

A assertiva I está incorreta, pois o concurso de crimes cabível é crime continuado, tendo em vista o nexo de continuação, entre as várias ameaças perpetradas contra a vítima, que ocorreram no mesmo contexto, autor mesmo estado alcoólico, por mais de uma vez na residência de ambos e motivos. Com relação à assertiva III está incorreta, pois a súmula 588 do STJ veda a aplicação de penas restritivas de direitos a crimes

cometidos contra mulher no ambiente doméstico, e a Lei Maria da Penha veda aplicação da pena de multa isolada. No caso da assertiva IV está incorreta, pois o crime de ameaça é de ação penal pública incondicionada mesmo no caso de violência doméstica contra mulher. No caso da assertiva V está incorreta, pois no caso do agressor descumprir medida protetiva de urgência o delito será 24-A da Lei 11.340/2006.

REFERÊNCIAS

(recurso online) ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte geral. (Coleção Esquemático)**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Capítulo 25 e 31. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594829/cfi/6/4!/4/4/2/2/2@0:39.8>;

(recurso online) ESTEFAM, André. **Direito penal, v. 1: parte especial**: Arts. 121 a 234-B. 8. São Paulo: Saraiva, 2021. Capítulo VI – Dos crimes contra a liberdade individual. Art. 147 do CP.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Difícil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

46. (UNIFESO, 2021) A festejada Lei Anticrime nada mais é do que o velho disfarçado de novo, um populismo penal rançoso maquiado de novidade, nada diferente, portanto, do que até aqui foi feito em termos de política criminal.

A forma como são produzidas as leis penais, em especial aquelas de natureza encarceradora, é assustadora. Há um misto de irresponsabilidade e amadorismo.

Irresponsabilidade, pois, a despeito de seus efeitos, são criadas ao sabor de apelos emocionais, porque, “O crime causa efeitos emocionais e arregimenta o público em nome da única saída a ser apresentada como salvadora: a pena”.

Amadorismo, pois são feitas sem qualquer preocupação com a utilização de informações, dados ou pesquisas que tenham sido produzidas pelo Poder Executivo, por universidades ou por associações civis. Muito pelo contrário, a produção destas é influenciada fortemente pela opinião pública e pela mídia.

Acresça-se a essa mistura o populismo penal, que nada mais é do que a falsa promessa do paraíso na terra, e temos pronta uma “política criminal” de emergência, tão ineficaz quanto desastrosa.

Na terra prometida pelo populismo penal vamos encontrar “punições radicais; com a total indiferença quanto a qualquer eficácia destas políticas (pois vale o impacto que produz sobre a opinião pública) e a legislação rigorosa que promete reduzir a criminalidade”.

O certo é que uma política criminal construída sobre essas bases, se é que pode ser chamada assim, carece de seriedade, não sendo possível produzir leis sem que sejam levados em consideração dados científicos e, em especial, os seus efeitos no sistema carcerário.

Conforme o Departamento Nacional de Informações Penitenciárias, em junho de 2019 tínhamos um total de 773.151 presos no Brasil (considerados o sistema penitenciário e outras carceragens) [...]

Até quando vamos nessa assustadora progressão geométrica de encarceramento?

A depender da “política criminal” adotada pelo Poder Executivo, muito em breve chegaremos ao milhão. É que não há nada de novo, nada que não represente mais do mesmo de uma velha e fracassada receita.

Se o novo é a Lei Anticrime, o que temos é apenas o velho populismo penal vestido de festa e de salvação nacional ou, sendo mais direto, um grande engodo.

(Capra, Luiz Antônio Alves. Lei anticrime: o velho vestido de novo. Justificando. 11/03/2020. Disponível em <https://www.justificando.com/2020/03/11/lei-anticrime-o-velho-vestido-de-novo/>)

Considerando os textos acima apresentados, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I – O STF em 2015 reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário nacional ao julgar a ADPF 347, determinando medidas para reduzir o encarceramento, sendo assim estudiosos do sistema penitenciário criticam recentes políticas criminais legislativas, tendo em vistas que incrementam o encarceramento, violando a decisão proferida na ADPF mencionada.

Porque

II – A lei n. 13.964/2019 – Pacote Anticrime alterou significativamente regras da execução penal, aumentando a grande maioria dos percentuais para progressão de regime, vedando livramento condicional em alguns casos de crimes hediondos, e especialmente aumentando o tempo máximo de cumprimento de pena.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a asserção II é uma justificativa da asserção I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da asserção I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a asserção II é uma proposição falsa.

(D) A asserção II é uma proposição verdadeira, mas a asserção I é uma proposição falsa.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca de entendimento jurisprudencial/decisão do STF ao julgar a ADPF 347, assim como averiguar se reconhece as alterações do pacote anticrime nas regras de execução penal, e por fim a capacidade de relacionar a duas matérias conforme as proposições enunciadas na questão. Disciplina: Fenômenos criminais. Direito Penal II (grade antiga). Direito Penal – Parte Geral II (nova grade). Conteúdos: Fenômenos Criminais: ADPF 347 do STF – Sistema Penitenciário; Penas Privativas de Liberdade, Progressão de regime, Livramento Condicional e Limite de Cumprimento de pena. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1(DCN) e o perfil 1 (DCN). **C1** – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber,

articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; **P1** – formação geral e humanística.

JUSTIFICATIVA

A asserção I está correta, de fato a ADPF 347 declarou o estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro, ou seja, um quadro grave e sistemático de violação de direitos humanos, gerado especialmente pela superlotação carcerária, e sim diversos estudiosos do sistema penitenciário criticam tal realidade (vide o texto da contextualização), assim como políticas criminais encarceradoras que podem piorar tal situação. A asserção II também está correta, pois informa que o pacote anticrime – lei n. 13.964/2019 alterou as regras da progressão de regime, do livramento condicional e limite de cumprimento de pena. E é correto que asserção II é justificativa da II porque justifica a crítica dos estudiosos sobre as políticas criminais legislativas encarceradoras.

REFERÊNCIAS

ADPF 347 do STF. (Capra, Luiz Antônio Alves. Lei anticrime: o velho vestido de novo. Justificando. 11/03/2020. Disponível em <https://www.justificando.com/2020/03/11/lei-anticrime-o-velho-vestido-de-novo/>) (recurso online)
(recurso online) ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte geral.** (Coleção Esquematizado). 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Capítulo 20 e 21. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594829/cfi/6/4!/4/4/2/2/2@0:39.8>

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Asserção e razão

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

47. (XXXII Exame da OAB /FGV – 1ª Fase – Adaptada) Paulo e Júlia viajaram para Portugal, em novembro de 2019, em comemoração ao aniversário de um ano de casamento. Na cidade de Lisboa, dentro do quarto do hotel, por ciúmes da esposa que teria olhado para terceira pessoa durante o jantar, Paulo veio a agredi-la, causando-lhe lesões leves reconhecidas no laudo próprio. Com a intervenção de funcionários do hotel que ouviram os gritos da vítima, Paulo acabou encaminhado para Delegacia, sendo liberado mediante o pagamento de fiança e autorizado seu retorno ao Brasil. Paulo, na semana seguinte, retornou para o Brasil, sem que houvesse qualquer ação penal em seu desfavor em Portugal, enquanto Júlia permaneceu em Lisboa. Ciente de que o fato já era do conhecimento das autoridades brasileiras e preocupado com sua situação jurídica no país, Paulo procura você, na condição de advogado(a), para obter sua orientação.

Considerando apenas as informações narradas, você, como advogado(a), deve esclarecer que a lei brasileira

(A) é cabível nos casos de extraterritorialidade condicionada como este, satisfeitas determinadas condições, e nesse caso não poderá ser aplicada, tendo em vista que houve prisão em flagrante em Portugal, vedado o bis in idem.

(B) é cabível nos casos de extraterritorialidade condicionada como este, e poderá ser aplicada, desde que Júlia retorne ao país e ofereça representação no prazo decadencial de seis meses.

(C) é cabível nos casos de extraterritorialidade incondicionada como este, e poderá ser aplicada ainda que Paulo venha a ser denunciado e absolvido pela justiça de Portugal.

(D) é cabível nos casos de extraterritorialidade incondicionada como este, e poderá ser aplicada, independentemente do retorno de Júlia e de sua manifestação de vontade sobre o interesse de ver o autor responsabilizado criminalmente.

(E) é cabível nos casos de extraterritorialidade condicionada como este, e poderá ser aplicada diante do retorno de Paulo ao Brasil, independentemente do retorno de Júlia e de sua manifestação de vontade sobre o interesse de ver o autor responsabilizado criminalmente.

INTENÇÃO

A questão busca verificar a capacidade do estudante de aplicar a situação-problema o conhecimento apreendido acerca da matéria de lei penal no espaço. Disciplina: Fenômenos Criminais (grade nova), Direito Penal I (grade antiga). Conteúdos: Lei Penal no Espaço. Extraterritorialidade da lei penal brasileira. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1(DCN) e o perfil 2 (DCN). **C1** – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; **P2** – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia.

JUSTIFICATIVA

A situação-problema trata-se de uma hipótese de crime cometido contra brasileiro fora do Brasil, portanto, um caso de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira prevista no art. 7º, II do Código Penal, que prevê que a lei penal brasileira poderá ser aplicada se satisfeitas às condições do parágrafo 2º do art. 7º. No caso problema essas condições forma satisfeitas, Paulo, o criminoso, ingressou no território brasileiro, não tendo sido punido pelo crime de acordo com a lei portuguesa, não apontado a questão

nenhuma outra condição não cumprida, sendo assim poderá a lei penal brasileira ser aplicada contra Paulo, independentemente de qualquer ação da vítima, tendo em vista que isso não está incluído no rol das condições do art. 7º, § 2º do CP.

REFERÊNCIAS

(recurso online) ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte geral. (Coleção Esquematizado)**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Capítulo 09 – Aplicação da Lei Penal. 9.7 – Lei penal no espaço. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594829/cfi/6/4!/4/4/2/2/2@0:39.8>

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

48. (XXIX Exame da OAB /FGV – 1ª Fase – Adaptada) Antunes foi denunciado pela prática de um crime de furto majorado. Durante a audiência de instrução e julgamento, que ocorreu na ausência do réu, em razão do temor da vítima e da impossibilidade de realização de videoconferência, o Ministério Público solicitou que a vítima descrevesse as características físicas do autor do fato. Após a vítima descrever que o autor seria branco e baixo e responder às perguntas formuladas pelas partes, ela foi conduzida à sala especial, para a realização de reconhecimento formal. No ato de reconhecimento, foram colocados, com as mesmas roupas, lado a lado, Antunes, branco e baixo, Marco, branco e alto, e Anderson, negro e baixo, apesar de a carceragem do Tribunal de Justiça estar repleta de presos para a realização de audiências, inclusive com as características descritas pela ofendida. A vítima reconheceu Antunes como o autor dos fatos, sendo lavrado auto subscrito pelo juiz, pela vítima e por duas testemunhas presenciais. Considerando as informações narradas, o advogado de Antunes, em busca de futuro reconhecimento de nulidade da instrução ou absolvição de seu cliente, de acordo com o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, deverá consignar, na assentada da audiência, seu inconformismo em relação ao reconhecimento realizado pela vítima,

(A) em razão da oitiva da vítima na ausência do réu, já que o direito de autodefesa inclui o direito de presença em todos os atos do processo.

(B) em razão das características físicas apresentadas pelas demais pessoas colocadas ao lado do réu quando da realização do ato, tendo em vista a possibilidade de participarem outras pessoas com características semelhantes.

(C) tendo em vista que, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, ela não poderia ter descrito as características do autor dos fatos antes da realização do reconhecimento.

(D) tendo em vista que o auto de reconhecimento deveria ter sido subscrito pelo juiz, pelo réu, por seu defensor e pelo Ministério Público, além de três testemunhas presenciais.

(E) Em razão da ausência do registro fotográfico que comprove futuramente os envolvidos no reconhecimento.

INTENÇÃO

A questão busca verificar a capacidade do estudante de aplicar a situação-problema o conhecimento apreendido acerca da matéria de lei penal no espaço. Disciplina: Processo Penal II. Conteúdos: Prova no processo penal. Reconhecimento de pessoas e coisas. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1(DCN) e o perfil 2 (DCN). **C1** – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; **P2** – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia.

JUSTIFICATIVA

Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:

I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida;

II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;

III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela;

IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.

Parágrafo único. O disposto no III deste artigo não terá aplicação na fase da instrução criminal ou em plenário de julgamento.

REFERÊNCIAS

Art. 226 do Código de Processo Penal;

•(recurso online) LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal. 18**. São Paulo: Saraiva, 2021. Capítulo VIII – Das provas em espécie. 6. Reconhecimento de pessoas e coisas.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

49. (UNIFESO, 2021) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), embora esteja previsto em nosso ordenamento jurídico desde a Emenda 27/1985 à Constituição de 1967, ainda não foi editada a lei complementar estabelecendo suas normas gerais, conforme determina o art. 146, III, da CF/88.

Considerando o exposto acima, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I - Os Estados não poderão editar as leis necessárias à aplicação do tributo.

II - As alíquotas máximas serão fixadas por meio de resolução do Senado Federal.

III - As alíquotas poderão ser diferenciadas em função da utilização do veículo.

IV - Não é fato gerador do imposto a propriedade de embarcações.

Quais das assertivas acima estão corretas.

(A) V, V, V, V.

(B) F, F, V, V.

(C) V, F, F, F.

(D) V, V, F, V.

(E) F, F, V, F.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da legislação pertinente ao Imposto sobre veículo automotor (IPVA) previsto na CF artigo 155, inciso III.

JUSTIFICATIVA

Diante da inexistência de Lei complementar os Estados poderão editar as leis necessárias à aplicação do tributo, conforme estabelecido pelo art. 24, § 3º, da Carta, bem como pelo art. 34, § 3º, do Ato das Disposições Transitórias.

Conforme estabelecido pela Constituição Federal no artigo 155, § 6º as alíquotas mínimas são fixadas pelo Senado Federal, podendo os Estados estabelecer alíquotas diferenciadas em razão do tipo e utilização.

Quanto ao tema, é certo que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a expressão "veículos automotores" contida no art. 155, III, da CF/88 abarca apenas os veículos terrestres, de forma que não há autorização constitucional para que os Estados estipulem a incidência de IPVA sobre veículos aquáticos. Dessa forma as assertivas I e II são falsas, sendo verdadeiras apenas a assertivas III e IV, logo a opção correta é a opção "B".

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

CATEGORIA

Direito Empresarial e Tributário.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

asserção e razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação

50. (UNIFESO, 2021) O artigo 1º da lei 9.492/97 conceitua protesto como “o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento da obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida”. Sob a ótica do Direito Creditício, Tomazette entende que tal conceito não é exato:

- (A) Em razão de ser um meio de prova especialíssimo;
- (B) Por confundir o protesto com meio de cobrança;
- (C) Por ser um ato cambiário público, solene e extrajudicial;
- (D) Em razão de o protesto também poder comprovar a recusa do aceite, que não é uma obrigação;**
- (E) Em razão de o protesto servir para precaver a sociedade de uma possível inadimplência futura;

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca do protesto cambial que é ato público, solene e extrajudicial que comprova fato relevante para as obrigações cambiais.

JUSTIFICATIVA

Alternativa D. De acordo com Tomazette tal conceito não é exato em razão de o protesto também poder comprovar a recusa do aceite, que não é uma obrigação, tendo em vista que o aceite não é obrigatório na maioria dos títulos de crédito e o conceito legal se restringe aos institutos da inadimplência e obrigação.

REFERÊNCIAS

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial. títulos de crédito.** Vol. 2. 9 ed. São Paulo. Saraiva Educação, 2018. (autoria própria)

CATEGORIA

Direito Empresarial - Subcategoria: Direito Creditício

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

51. (UNIFESO, 2021) Sinésio Fagundes, empresário, emprestou quantia em espécie a uma sociedade limitada do ramo de cosméticos, que já possuía capital integralizado e era constituída regularmente na forma da lei.

Caso a sociedade não venha a honrar com o pagamento da dívida, à luz do Código Civil, ...

(A) Ainda que se trate de abuso da personalidade, o patrimônio dos sócios não responde pelas dívidas, bem como pelas obrigações

(B) responderão pelas dívidas e obrigações nas sociedades limitadas com capital integralizado, tanto o patrimônio dos sócios, quanto o patrimônio da pessoa jurídica, solidariamente.

(C) somente na hipótese de confusão patrimonial com comprovada má-fé dos sócios, o patrimônio dos sócios responderá pelas dívidas e obrigações da sociedade.

(D) nos termos da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, adotada pelo Código Civil, o patrimônio da sociedade responderá pelas dívidas e obrigações, bem como o patrimônio dos sócios.

(E) patrimônio que responderá pela dívida será o da sociedade; o patrimônio dos sócios responderia pela dívida na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca da relevância da integralização do capital, e, da incidência da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

JUSTIFICATIVA

Alternativa E.

a) Ainda que se trate de abuso da personalidade, o patrimônio dos sócios não responde pelas dívidas, bem como pelas obrigações. Errada.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

b) responderão pelas dívidas e obrigações nas sociedades limitadas com capital integralizado, tanto o patrimônio dos sócios, quanto o patrimônio da pessoa jurídica, solidariamente. Errada.

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

c) somente na hipótese de confusão patrimonial com comprovada má-fé dos sócios, o patrimônio dos sócios responderá pelas dívidas e obrigações da sociedade. Errada.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

d) nos termos da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, adotada pelo Código Civil, o patrimônio da sociedade responderá pelas dívidas e obrigações, bem como o patrimônio dos sócios. Errada.

Segundo a teoria maior, adotada pelo art. 50, do CC, para efeito de desconsideração, exige-se o requisito específico do abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Já a teoria menor, mais fácil de ser aplicada, adotada pelo CDC e pela legislação ambiental, não exige a demonstração de tal requisito

Art. 28 §5º do CDC estabelece que "poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores"

Art. 4 da Lei 9.605/98, por sua vez, estabelece que "Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente."

e) patrimônio que responderá pela dívida será o da sociedade; o patrimônio dos sócios responderia pela dívida na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica. Correta.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Referências: RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 8. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Método, c2018. xxxii, 958 p. ISBN 978-85-309-7972-0

CATEGORIA

Direito Empresarial - Subcategoria: teoria geral do direito empresarial

DIFICULDADE

difícil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

análise

52. (UNIFESO, 2021) Mévia Sullivan é pessoa capaz e exerce atividade profissional e economicamente organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços. Nos termos do Código Civil, na hipótese descrita, Mévia corresponde a um(a)...

- (A) sociedade anônima
- (B) sociedade limitada
- (C) empresa
- (D) empreendedor
- (E) empresário**

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do conceito de empresário e sua distinção para das sociedades, bem como dos tipos societários.

JUSTIFICATIVA

Alternativa E.

A) **falsa**, pois A Sociedade Anônima, também chamada de companhia ou sociedade por ações, é nome dado a uma empresa com fins lucrativos que tem seu capital dividido em ações e a responsabilidade de seus sócios (acionistas) limitada ao preço da emissão das ações subscritas (lançadas para aumento de capital) ou adquiridas. Os sócios são chamados de acionistas e têm responsabilidade limitada ao preço das ações adquiridas.

B) **falsa**, pois A sociedade de responsabilidade limitada, também conhecida como sociedade limitada, é um tipo específico de empresa em que os sócios não podem ser responsabilizados pelos prejuízos advindos da atividade da sociedade para além das suas participações (quotas ou cotas), salvo em casos especiais, previstos em lei, como no abuso da personalidade jurídica (art. 50 do CC) e relativamente aos tributos devidos, após a liquidação da sociedade (art. 134, VII, CTN). Tal arranjo tem o objetivo de proteger o patrimônio pessoal dos sócios no caso de falência ou outro mecanismo jurídico que determine o fim da sociedade empresária.

C) **falsa**, pois no direito empresarial, atividade empresarial, ou empresa, é uma atividade econômica exercida profissionalmente pelo empresário por meio da articulação dos fatores produtivos para a produção ou circulação de bens ou de serviços. O conceito jurídico de empresa não pode ser entendido como um sujeito de direito, uma pessoa jurídica, tampouco o local onde se desenvolve a atividade econômica.

D) **falsa**, pois deve-se salientar que, da definição de empresário destacam-se as noções de profissionalismo, atividade econômica organizada e produção e circulação de bens ou serviços.

A questão indaga a correspondência, à luz do Código Civil, no qual não há o conceito de empreendedor, ao contrário do conceito de empresário que consta no art. 966.

E) **correta**, pois o (Código Civil) Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

REFERÊNCIAS

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial**. 8. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Método, c2018. xxxii, 958 p. ISBN 978-85-309-7972-0

CATEGORIA

Direito Empresarial - Subcategoria: teoria geral do direito empresarial

DIFICULDADE

fácil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

53. (UNIFESO, 2021) Sabemos que, quando uma empresa obtém por decisão judicial o direito de realizar o processamento da Recuperação Judicial, em vista do despacho favorável do juiz, ela terá um prazo para cumprir as exigências legais, para depois então, o juiz decidir, com base na documentação apresentada se concede a Recuperação Judicial ou se decreta a Falência. Sabemos que a função do Administrador Judicial na Recuperação Judicial é considerada como sendo um fiscal, ou seja, que não pratica ato de gestão. A dúvida que se levanta e deverá ser respondida pelo aluno é, se mesmo durante a Recuperação ele poderá vir praticar ato de gestão em virtude de imposição legal. Marque a única questão que está totalmente correta, prevista na lei.

(A) Ao assinar o Termos de Compromisso como Administrador Judicial na Recuperação, ele nunca irá praticar ato de gestão, pois sua função é basicamente fiscalizar os atos praticados pelo devedor.

(B) O Administrador Judicial realmente é um Fiscal na Recuperação Judicial, entretanto, poderá vir a ter que praticar atos de gestão na Recuperação Judicial, caso o juiz afaste o devedor de suas atividades.

(C) Em qualquer situação, independentemente de qualquer outra condição, o Administrador Judicial sempre atuará concomitantemente como Fiscal e Gestor na Recuperação Judicial.

(D) Em virtude de responsabilidade personalíssima o cargo de Administrador Judicial, nunca poderá ser exercido por pessoa jurídica.

(E) O Administrador Judicial mesmo que nomeado regularmente pelo juiz ele poderá ser o fiscal e ao mesmo tempo praticar ato de gestão na massa falida, ou seja, ele poderá exercer a função cumulativamente.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da legislação pertinente ao processo de recuperação judicial e sua legislação.

JUSTIFICATIVA

Conforme previsto no Art. 65 Lei 11.101-2005, quando do afastamento do devedor na Recuperação, ele terá que praticar os atos de gestão até que o juiz nomeia um gestor para o lugar do devedor. Logo, a **alternativa correta é letra “B”**.

REFERÊNCIAS

CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa: o novo regime de insolvência empresarial. 6ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. Cap. 6.

CATEGORIA

Direito Empresarial e Tributário

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese.

54. (UNIFESO, 2021) Leia a reportagem abaixo.

COVID-19

Governo reduz Imposto de Importação para mais cinco produtos

Com a nova medida, sobe para 303 o número de itens com tarifa zerada até 30 de junho de 2021

Com informações do Ministério da Economia

O Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) decidiu reduzir o Imposto de Importação a 0% para mais cinco produtos, contemplando seringas e agulhas classificadas nos códigos 9018.31.11, 9018.31.19, 9018.31.90, 9018.32.19 e 9018.39.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Os produtos passam a integrar a lista de reduções tarifárias temporárias com o objetivo de facilitar o combate à Covid-19, de que trata a Resolução Gecex nº 17, de 2020. Na reunião desta semana, o comitê também decidiu suspender o direito antidumping vigente em desfavor das importações brasileiras de seringas descartáveis originárias da China. Assim como no caso das reduções tarifárias, a suspensão valerá até o dia 30 de junho de 2021. Com a recente decisão do Gecex, a lista de produtos com tarifa zerada no âmbito do combate à Covid-19 passa a contemplar 303 produtos. A Lista Covid-19 teve a vigência prorrogada até 30 de junho de 2021, pela Resolução Gecex nº 133, de 24 de dezembro de 2020.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) O referido ato é constitucional, uma vez que não viola o princípio da legalidade e a redução de alíquota produzirá efeitos imediatamente.

(B) O referido ato é constitucional, uma vez que não viola o princípio da legalidade e a redução de alíquotas só produzirá efeitos após o prazo de 90 dias da data da publicação.

(C) O referido ato é inconstitucional violando o princípio da legalidade e a redução de alíquota só produzirá efeitos após o prazo de 90 dias da data da publicação.

(D) O referido ato é constitucional, uma vez que não viola o princípio da legalidade e a redução de alíquotas só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte em respeito ao princípio da anterioridade.

(E) O referido ato é inconstitucional violando o princípio da legalidade e a redução de alíquota só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte em respeito ao princípio da anterioridade.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento e aplicação das limitações constitucionais ao poder de tributar do Estado estabelecidas na Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

Vide art. 153, §1ºc/c art. 150, III, a e b da CF. Quanto a legalidade é possível aumentar ou diminuir as alíquotas por meio de ato do Poder Executivo. Quanto aos princípios da anterioridade e noventena se refere apenas a criação ou aumento do imposto e no caso ocorreu redução de alíquota, logo **a opção “A” está correta.**

REFERÊNCIA

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

CATEGORIA

Direito Empresarial e Tributário.

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese

55. (UNIFESO, 2021) Analise as afirmativas a seguir.

I. Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.

II. O grupo econômico constitui a figura do empregador único. A solidariedade entre as empresas do grupo econômico é tanto passiva quanto ativa, posto que o labor prestado pelo empregado beneficia todo o grupo.

III. O responsável solidário, integrante de grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor, também poderá ser sujeito passivo na execução.

IV. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

Está correto o que se afirmar apenas em

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) I, III e IV.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

INTENÇÃO

A questão é busca verificar o conhecimento do discente acerca do instituto de responsabilidade do empregador ante as modificações introduzidas pela lei 13.467/2017, aplicando os novos conceitos a situações concretas

JUSTIFICATIVA

Item I conforme Art. 448-A da CLT com a redação dada pela lei 13.467/2017, denominada reforma trabalhista. Item II de acordo com 2º. § 2 da CLT. Item III de acordo com aplicação do Art. 513§ 5º do CPC c/c 769 da CLT. Item IV- TST, Súmula 129.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 19ª Ed. - São Paulo, SP: LTR, 2020. Banca: CONSULPLAN 2021

CATEGORIA

Direito do Trabalho Subcategoria: responsabilidade do empregador.

Dificuldade

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

56. (UNIFESO, 2021) De acordo com a Súmula nº 331 do TST, assinale a alternativa incorreta.

(A) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.

(B) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, de conservação e de limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a personalidade e a subordinação direta.

(C) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

(D) Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

(E) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas, decorrentes da condenação, referentes ao período da prestação laboral.

INTENÇÃO

A questão é busca verificar o conhecimento do discente acerca do instituto de terceirização e a Súmula 331 do TST, aplicando os novos conceitos a situações concretas.

JUSTIFICATIVA

Item V da Súmula 331 TST- Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.

REFERÊNCIA

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 19ª Ed. - São Paulo, SP: LTR, 2020. Banca: CRM MS 2021

CATEGORIA

Direito do Trabalho Subcategoria: Terceirização.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

57. (UNIFESO, 2021) Um empregado propôs reclamação trabalhista escrita requerendo a condenação de seu ex-empregador em horas extras, equiparação salarial e adicional de insalubridade. Na petição inicial constou a designação do juízo, a qualificação das partes, CNPJ da Reclamada desconhecido, a exposição dos fatos e fundamentos, o pedido a ser liquidado em fase de execução, uma vez que o valor depende da produção de provas, a data e a assinatura do advogado do empregado. Atribuiu o valor da causa de R\$ 50.000,00. Conforme previsão legal da CLT a petição inicial

(A) não atende aos requisitos legais, uma vez que é obrigatória a indicação da qualificação das partes, inclusive com o número de seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

(B) atende aos requisitos legais, uma vez que somente no procedimento sumaríssimo os pedidos devem ser certos e determinados.

(C) não atende aos requisitos legais, uma vez que o pedido deve ser certo, determinado e com indicação de seu valor.

(D) atende aos requisitos legais somente no tocante às horas extras e equiparação salarial, uma vez que o adicional de insalubridade para ser deferido e fixado, depende de produção de prova pericial, não podendo ser liquidado de imediato.

(E) atende aos requisitos legais somente no tocante à equiparação salarial, uma vez que as horas extras dependem de prova a ser produzida em instrução processual para delimitar o seu montante, não podendo liquidadas de imediato, e o adicional de insalubridade, igualmente, depende de prova pericial para fixação do grau em que se enquadra, se deferido.

INTENÇÃO

A questão envolve o conhecimento e aplicação do artigo 840 e parágrafos da CLT, introduzidos pela Lei 13.467/2017.

JUSTIFICATIVA

Artigo 840 § 12º da CLT.

REFERÊNCIAS

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho** 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Ano: 2018 Banca: FCC, Órgão: TRT - 15ª Região (Campinas), Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa. (adaptada)

CATEGORIA

Direito Processual do Trabalho Subcategoria: petição inicial

DIFICULDADE

Média

Tipo de Questão

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

58. (UNIFESO, 2021) A respeito da jornada de trabalho, com fulcro na Consolidação das Leis do Trabalho, marque a alternativa que apresenta a alternativa errada:

(A) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução;

(B) É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário;

(C) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais;

(D) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês;

(E) As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.

INTENÇÃO

A questão envolve o conhecimento e aplicação do artigo 58 e parágrafos da CLT, introduzidos pela denominada reforma trabalhista, Lei 13.467/2017.

JUSTIFICATIVA

Artigo 58§ 2º da CLT.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 19ª Ed. - São Paulo, SP: LTR, 2020. Banca: CRM MS 2021

CATEGORIA

Direito do Trabalho Subcategoria: Efeitos da jornada no contrato de trabalho

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

aplicação

59. (UNIFESO, 2021) Um empregado propôs reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho de Resende, RJ, TRT 1ª Região. Notificado o reclamado arguiu, tempestivamente, a incompetência territorial, sob o fundamento de que o reclamante trabalhara no município de Vila Velha, ES. Considerando que, após devidamente instruída, a exceção de incompetência foi acolhida pelo Juiz do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O reclamante poderá interpor, desde logo, agravo de instrumento.
(B) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário.
(C) O reclamante poderá interpor, desde logo, agravo de petição.
(D) O reclamante poderá impetrar mandado de segurança.
(E) Não caberá remédio jurídico algum, pois se trata de decisão interlocutória.

INTENÇÃO

A questão envolve o conhecimento e aplicação do artigo 880 CLT, introduzidos pela Lei 13.467/2017, cujo procedimento em relação à arguição de incompetência territorial é totalmente diverso do CPC.

JUSTIFICATIVA

Artigo 880 da CLT.

REFERÊNCIAS

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho** 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Ano: 2020 Banca: VUNESP, Órgão: Câmara Municipal de Pindorama, SP Prova: Procurador Jurídico. (adaptada)

CATEGORIA

Direito Processual do Trabalho Subcategoria: sistema recursal trabalhista.

DIFICULDADE

Difícil

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

60. (UNIFESO, 2021) Sobre a audiência de julgamento no processo do trabalho, marque a opção correta.

- (A) Se, por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma empresa, ou pelo seu sindicato. O empregado deve pertencer à mesma profissão e não à mesma empresa.
(B) Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas, salvo se for beneficiário da justiça gratuita.
(C) A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou o presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, sendo obrigatória nova notificação.

(D) A revelia proveniente da ausência do reclamante na audiência não produzirá efeitos se o litígio versar sobre direitos disponíveis.

(E) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou o presidente renovará a proposta de conciliação, e, não se realizando esta, será proferida a decisão.

INTENÇÃO

A questão envolve o conhecimento e aplicação dos artigos 843 a 850 CLT, que abarca o comparecimento das partes e suas consequências no processo do trabalho.

JUSTIFICATIVA

Artigo 850 da CLT.

REFERÊNCIAS

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho** 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Ano: 2019 Banca: CETREDE Órgão: Prefeitura de São Gonçalo do Amarante - CE Prova: CETREDE - 2019 - Prefeitura de São Gonçalo do Amarante - CE - Procurador Municipal

CATEGORIA

Direito Processual do Trabalho Subcategoria: resposta do reclamado - audiência

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Resposta única

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação